

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1999/2021 - UASG: 982705

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 31/08/2021.

HORÁRIO: 09h00min (horário de Brasília/DF).

LOCAL: Endereço eletrônico: www.gov.br/compras.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA – PMA torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará por meio de sistema eletrônico, licitação na modalidade **PREGÃO**, tipo **MENOR PREÇO POR GRUPO** e modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2.693/2021, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas aplicáveis à espécie, o qual será conduzido e julgado pelo(a) Pregoeiro(a) Oficial deste Órgão, nomeado por Portaria do Prefeito, observados os procedimentos, regras e condições estabelecidos neste EDITAL E SEUS ANEXOS, com a utilização do Sistema COMPRASNET, no Portal de Compras do Governo Federal.

1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada nos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Arapiraca, atendendo as especificações e demais elementos técnicos.

1.2. A licitação será realizada em um único Grupo.

1.3. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no cadastro do COMPRASNET e as especificações constantes deste Edital e seus anexos, prevalecerão estas últimas.

1.4. Os Lances deverão ser ofertados pelo **valor total do Grupo**.

1.5. Os preços unitários finais e totais propostos deverão ser inferiores ou iguais ao valor estimado, em conformidade com a Planilha Orçamentária (ANEXO IV).

1.6. Integram este Edital, dele fazendo parte integrante como se transcritos em seu próprio corpo, os seguintes Anexos:

a. ANEXO I – Termo de Referência;

b. ANEXO II – Modelo de Proposta Comercial;

c. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

d. ANEXO IV – Documentos técnicos – disponibilizados em arquivo compactado (zipado): Planilha Orçamentária; Curva ABC; Cronograma Físico-financeiro; Composição de custos; Memorial de Cálculo; Referência de Insumos; Referência de Salários; Composição de BDI; e Composição de Encargos Sociais.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. O processamento desta licitação será realizado sempre em SESSÃO PÚBLICA ONLINE via Sistema COMPRASNET, sendo iniciado na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo, nos termos fixados neste Edital e seus anexos.

2.2. Poderá participar da presente licitação o interessado que:

- a.** Seja do ramo pertinente ao objeto da licitação e que atender a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos.
- b.** Possuir prévio cadastro no SICAF (item **3** deste Edital) e acesso ao sistema eletrônico provido pelo Ministério da Economia (ME), por meio do Portal de Compras do Governo Federal no endereço eletrônico www.gov.br/compras.
- c.** Cadastrar a proposta eletrônica vinculada ao presente Pregão e anexar, exclusivamente via Sistema COMPRASNET, vinculada ao presente Pregão, a proposta comercial em vernáculo e na moeda corrente nacional (e seus respectivos documentos técnicos, se for o caso) e os documentos de habilitação exigidos no Edital e seus anexos, até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame.
- d.** Realizar as declarações eletrônicas obrigatórias diretamente no Sistema COMPRASNET (subitem **6.5**), por meio das opções “sim” ou “não”, até o horário e data de realização da sessão pública de abertura do certame.
- e.** Não se enquadrarem em nenhuma das proibições indicadas nas alíneas do próximo subitem deste Edital.

2.3. NÃO PODERÁ PARTICIPAR da presente licitação interessado que:

- a.** Não cumprir os requisitos formais indicados no subitem anterior;
- b.** Tenha elaborado, participado ou contribuído com a elaboração do Termo de Referência, nos termos do art. 9º da Lei 8.666/93;
- c.** Seja empresa estrangeira sem autorização de funcionamento no País;
- d.** Esteja com o direito de licitar e contratar com o Município de Arapiraca suspenso, nos termos do disposto no art. 87, inc. III, da Lei 8.666/93, por decisão definitiva do Prefeito;
- e.** Esteja impedida de licitar e de contratar com o Município de Arapiraca, nos termos do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002, por decisão definitiva de órgão ou entidade do Município;
- f.** Tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar com Administração Pública, nos termos do art. 87, inc. IV, da Lei 8.666/93, por decisão definitiva de qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, integrantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, ou por força do art. 46, da Lei 8.443/93, determinado pelo TCU – Tribunal de Contas da União;
- g.** Empresas com falência decretada ou em recuperação judicial ou extrajudicial, ressalvado se houver a apresentação de certidão de recuperação judicial ou extrajudicial e comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101/2005, sob pena de inabilitação;

h. Sociedades empresárias reunidas em CONSÓRCIO, tendo em vista a natureza e dimensão do objeto e o permissivo contido no art. 33 da Lei 8.666/93;

2.4. A verificação dos impedimentos e condições de participação, previstos no item anterior, ocorrerá somente após a fase de lances, momento no qual o Sistema COMPRASNET permite a identificação das empresas participantes do certame.

2.5. Analisadas as condições de participação, o(a) Pregoeiro(a) decidirá fundamentadamente em relação a não permanência de licitante no certame.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA COMPRASNET

3.1. O credenciamento é o nível básico de registro cadastral do particular no SICAF que permite a participação dos interessados em licitações na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser realizado previamente pelo particular interessado diretamente no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras, observada as regras, diretrizes e orientações indicadas no próprio Portal.

3.3. O sistema de que trata o caput será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

3.4. A PMA não é Órgão responsável por promover o cadastro dos interessados no SICAF/COMPRASNET, devendo o particular interessado responsabilizar-se por tal credenciamento.

3.5. O particular interessado (licitante) responsabiliza-se, exclusiva e formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.6. Qualquer declaração, informação ou documento falso anexado ao Sistema sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de eventuais consequências de natureza civil e criminal.

3.7. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal, como também a presunção de sua capacidade técnica para operá-lo adequadamente, realizando todas as transações inerentes a este Pregão.

3.8. O licitante é responsável pela comunicação imediata ao provedor do Sistema de qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para fins de imediato bloqueio de acesso.

3.9. O licitante responsabilizar-se-á pela utilização da chave de identificação e senha de acesso ao Sistema para participar do Pregão na forma eletrônica.

3.10. O licitante é responsável por solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio, evitando utilizações indevidas por parte de prepostos e/ou terceiros.

3.11. O licitante responsabilizar-se-á pelos ônus decorrentes de eventuais perdas de negócios, como também das sanções cabíveis, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo

Sistema ou de sua desconexão.

4. DAS OBRIGAÇÕES DO LICITANTE

4.1. O particular interessado em participar da presente licitação OBRIGA-SE a:

- a.** Responsabilizar-se pela proposta, declarações e demais informações cadastradas no Sistema COMPRASNET;
- b.** Realizar as declarações eletrônicas exigidas no cadastro da proposta no Sistema COMPRASNET, sem qualquer falseamento da verdade;
- c.** Remeter, no prazo estabelecido, EXCLUSIVAMENTE VIA SISTEMA, os documentos de habilitação e a proposta comercial e, quando necessário, os documentos complementares solicitados no presente Edital e seus anexos;
- d.** Manter-se logado (online) ao Sistema COMPRASNET e acompanhando os trabalhos de processamento do certame durante toda a Sessão Pública Eletrônica;
- e.** Atender tempestivamente aos chamados do(a) Pregoeiro(a) via CHAT;
- f.** Prestar as informações e/ou encaminhar os documentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a) durante a Sessão, observando as condições e prazos fixados neste Edital e seus anexos;
- g.** Acompanhar as informações e/ou documentos disponibilizados no sítio oficial da Instituição em relação ao presente certame, por meio do endereço eletrônico www.arapiraca.al.gov.br;
- h.** Cumprir a proposta cadastrada ou o lance registrado;
- i.** Assinar ou retirar o termo de contrato ou equivalente, caso seja vencedor do certame;
- j.** Manter-se em situação regular em relação às condições de participação e de habilitação até a data da assinatura ou retirada do termo de contrato ou equivalente, caso seja vencedor;
- k.** Não fazer declaração falsa ou não apresentar documento falso;
- l.** Não cometer fraude fiscal;
- m.** Não formar conluio ou combinar proposta com concorrente;
- n.** Não fraudar ou frustrar a concorrência com utilização de mecanismos eletrônicos de registro de lances;
- o.** Manter atualizadas todas as informações da empresa no SICAF que possam facilitar a comunicação, particularmente telefones e e-mail.

5. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Os pedidos de esclarecimento referentes a este procedimento licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), até o TERCEIRO DIA ÚTIL ANTERIOR à data designada para a abertura da sessão pública, por meio do e-mail: pregao.arapiraca.al@gmail.com, em horário comercial.

5.2. O(A) Pregoeiro(a), com apoio da área técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência e da equipe de apoio, prestará os esclarecimentos formalmente solicitados, no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, cuja resposta será publicada no Sistema COMPRASNET.

5.3. Até o TERCEIRO DIA ÚTIL ANTERIOR à data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá IMPUGNAR o ato convocatório deste Pregão, mediante petição enviada para o e-mail: pregao.arapiraca.al@gmail.com, em horário comercial.

5.4. O(A) Pregoeiro(a), com apoio da unidade técnica responsável pela elaboração do Termo de Referência e da equipe de apoio, DECIDIRÁ sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, cujo julgamento será publicado no Sistema COMPRASNET.

5.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) Pregoeiro(a), nos autos do processo de licitação.

5.7. Acolhida a impugnação contra este Edital e seus anexos, serão procedidas as alterações e adequações necessárias, bem como designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.8. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.gov.br/compras, para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes em potencial, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-los para a obtenção das informações prestadas, que vincularão os participantes e a Administração.

5.9. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital e seus anexos, apontando eventuais falhas ou irregularidades que o viciarem, o cidadão ou licitante que não o fizer nos prazos e condições fixados neste item, hipótese em que tal petição não terá efeito de impugnação e não obstaculizará a realização normal da sessão.

6. DO CADASTRO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA COMPRASNET

6.1. A participação neste certame licitatório dar-se-á pela utilização da senha de acesso individual ao Sistema COMPRASNET de cada licitante, mediante **prévio cadastro da proposta comercial eletrônica (cadastro da proposta inserida diretamente no Sistema COMPRASNET que deverá ser sem identificação do licitante) e anexação obrigatória da proposta comercial escrita (proposta comercial anexada que poderá ser identificada) e da documentação de habilitação exigidos neste Edital e seus anexos**, até a data e horário previsto para abertura da sessão do certame.

6.2. ATENÇÃO: À luz do disposto no art. 26, do Decreto Municipal nº 2.693/2021, o licitante deverá, obrigatória e previamente, registrar sua proposta de preços no Sistema, como também ENCAMINHAR EXCLUSIVAMENTE VIA COMPRASNET, de forma concomitante e apenas até a data e horário marcados para abertura da sessão, a respectiva proposta comercial escrita e a documentação de habilitação, observadas as exigências contidas nos itens **16 e 17** deste Edital.

6.3. O licitante deverá consignar diretamente no Sistema, na forma nele disposta, além da descrição sucinta do objeto a ser fornecido, inclusive com os valores unitários e totais do objeto proposto, já inclusas todas as despesas inerentes, tais como: impostos, taxas, fretes, seguros e demais encargos, de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto.

6.4. Até a abertura da sessão do certame, o licitante poderá livremente retirar, alterar ou substituir a proposta anteriormente cadastrada, como também excluir ou anexar novos documentos relativos à proposta comercial e/ou habilitação. Depois da data e horário de abertura da Sessão, não caberá qualquer alteração ou desistência de proposta.

6.5. No momento do cadastro da proposta comercial eletrônica (que deverá ser sem identificação) deverá o licitante, além de anexar a respectiva proposta comercial escrita (que poderá ser com identificação) e a documentação de habilitação, realizar as seguintes declarações, disponíveis no próprio Sistema (conforme o caso):

- a. Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;
- b. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital;
- c. Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;
- e. No caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

6.6. ATENÇÃO: As declarações mencionadas no subitem anterior serão visualizadas pelo(a) Pregoeiro(a) na fase de habilitação, quando serão impressas e anexadas aos autos do processo, não havendo necessidade de envio por meio de fax, e-mail ou pelo Sistema COMPRASNET.

6.7. A falsidade relativa a qualquer das declarações exigidas no subitem **6.5** deste Edital sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo das consequências civis e penais que seu ato ensejar.

6.8. O registro de proposta comercial vinculado ao presente certame implica, independente de expressa declaração, na(o):

- a. Aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

- b. Garantia do cumprimento da proposta por prazo mínimo de 90 (NOVENTA) DIAS, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- c. Compromisso do licitante para com o rigoroso cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições fixadas no Termo de Referência (ANEXO I).
- d. Submissão às sanções administrativas previstas neste Edital e seus anexos.
- e. Obrigação de participar ativamente do certame (*ONLINE*) até a sua conclusão, encaminhando toda a documentação solicitada e/ou prestando as informações e esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).

6.9. ATENÇÃO: No momento do cadastro ou registro da proposta comercial eletrônica, o licitante deverá atentar para o fato de que, por razões de limitações técnicas das especificações dos materiais constantes no CATMAT/CATSERV (COMPRASNET), as ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLETAS DO OBJETO LICITADO, para efeito de cotação do preço e formulação da proposta, serão sempre aquelas constantes do Termo de Referência (ANEXO I).

6.10. ATENÇÃO: Nenhuma proposta comercial ou documentação de habilitação poderá ser encaminhada ao(a) Pregoeiro(a) por e-mail ou outro meio de comunicação antes do encerramento da etapa competitiva, sob pena de quebra do anonimato da competição.

7. DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA

7.1. A Sessão Pública eletrônica deste Pregão será conduzida por Pregoeiro(a), designado(a) pela autoridade competente, sendo a abertura prevista para a data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do Sistema COMPRASNET no site www.gov.br/compras.

7.2. A comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes ocorrerá EXCLUSIVAMENTE mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (CHAT), o qual será gerenciado diretamente pelo(a) Pregoeiro(a) e constará da Ata da Sessão.

7.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, registrar os lances, anexar os documentos e prestar as informações solicitadas, durante toda a licitação, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da preclusão de direitos ou da perda de negócios, diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.4. A não anexação ou envio de documentos exigidos no Edital e seus anexos, bem como a não prestação de informações ou o não pronunciamento em relação à questão suscitada pelo(a) Pregoeiro(a), além de poder acarretar a oportuna DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do particular do certame, poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo de outras responsabilidades civis e penais que seu ato acarretar, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

7.5. Toda a Sessão Pública será documentada automaticamente pelo sistema na respectiva Ata da Sessão, a qual será gerada e disponibilizada para consulta de todos os interessados por meio do Portal de Compras Governamentais.

7.6. Na hipótese de ocorrer desconexão do(a) Pregoeiro(a) no decorrer da Sessão e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os trabalhos continuarão e os lances serão recebidos, sem qualquer prejuízo dos atos realizados.

7.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, por meio do Portal no sítio www.gov.br/compras.

7.8. Cabe ao licitante acompanhar continuamente as informações e documentos divulgados ou disponibilizados por meio do Portal de Compras Governamentais (www.gov.br/compras) e do sítio oficial desta Instituição na Internet (www.arapiraca.al.gov.br).

7.9. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a Sessão com a devida comunicação prévia via CHAT, como também registrando no Sistema COMPRASNET a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. Em face do horário, poderá o(a) Pregoeiro(a) estabelecer intervalo para almoço, sem a suspensão da Sessão, mediante comunicação prévia via CHAT.

8. DA ANÁLISE PRELIMINAR DA CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

8.1. O(A) Pregoeiro(a) verificará preliminarmente as propostas comerciais registradas eletronicamente no sistema e DESCLASSIFICARÁ, por despacho fundamentado, aquelas que não estiverem formalmente conformes com os requisitos estabelecidos neste Edital e seus anexos, respeitados os limites das informações disponíveis.

8.2. Não serão aceitas propostas que indiquem quantidade inferior àquela indicada no Termo de Referência (Anexo I).

8.3. Para fins de garantia do anonimato da fase competitiva, não poderá ser incluído no registro da proposta eletrônica diretamente no COMPRASNET, qualquer nome, texto, elemento ou caractere que possa vir a identificar o licitante perante os demais concorrentes, fato que poderá importar na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.

8.4. A DESCLASSIFICAÇÃO da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real, por todos os participantes.

8.5. Somente os licitantes com propostas julgadas em conformidade com as exigências formais do Edital e seus anexos participarão da fase competitiva de lances.

8.6. Caso não existam propostas eletrônicas cadastradas, o(a) Pregoeiro(a) declarará deserto o certame.

8.7. Caso todas as propostas cadastradas forem DESCLASSIFICADAS, o(a) Pregoeiro(a) declarará frustrado o certame.

9. DA ETAPA COMPETITIVA DE LANCES ELETRÔNICOS

9.1. A etapa competitiva do certame dar-se-á com o anonimato dos participantes para fins de garantia da lisura do certame.

9.2. O(A) Pregoeiro(a) deverá fazer uma adequada gestão da ETAPA COMPETITIVA para não provocar o encerramento da disputa para todos os GRUPOS do objeto ao mesmo tempo, visando viabilizar as melhores condições de disputa possíveis aos interessados que estejam concorrendo a mais de um GRUPO do objeto.

9.3. Aberta a etapa competitiva, os licitantes aptos poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo automaticamente informados do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.4. Os lances serão apresentados, por cada licitante apto, de forma sucessiva, sempre com valores inferiores em relação aos últimos registrados por eles e registrados pelo Sistema COMPRASNET, sendo aceitos LANCES INTERMEDIÁRIOS.

9.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,1% (um décimo por cento).

9.6. Durante o transcurso da sessão, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante (anonimato).

9.7. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade de cada licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração posterior.

9.8. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá EXCLUIR qualquer lance cujo valor seja considerado supostamente irrisório ou inexequível, ou até que entenda ter sido lançado erroneamente, cabendo ao sistema o encaminhamento de mensagem automática ao licitante, o qual terá a faculdade de repetir tal lance.

9.9. Será adotado na ETAPA COMPETITIVA deste Pregão Eletrônico o MODO DE DISPUTA “ABERTO E FECHADO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com um lance final e fechado, observados os seguintes procedimentos:

- a)** A disputa terá duração inicial de QUINZE MINUTOS e, após tal prazo, o Sistema encaminhará aviso de fechamento iminente da primeira parte dos lances; após o que transcorrerá um segundo período de tempo de até DEZ MINUTOS, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances;
- b)** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até DEZ POR CENTO SUPERIORES àquela possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;
- c)** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores dos melhores lances, na ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, até o máximo de TRÊS, oferecer UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;
- d)** Após o término dos prazos estabelecidos nas alíneas anteriores, o Sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores;
- e)** Não havendo LANCE FINAL E FECHADO classificado na forma estabelecida nas alíneas anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de TRÊS, na ordem de classificação, possam ofertar UM LANCE FINAL E FECHADO em até CINCO MINUTOS, o qual será SIGILOSO até o encerramento deste prazo;
- f)** Poderá o Pregoeiro, justificadamente, admitir o REINÍCIO DA ETAPA FECHADA, caso nenhum LICITANTE CLASSIFICADO na etapa de lance fechado atender às exigências de HABILITAÇÃO.

10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME/EPPS

10.1. Será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME's, EPP's e COOPERATIVAS,

caso a proposta mais bem classificada tenha sido ofertada por empresa de grande porte, e houver proposta apresentada por ME/EPP de valor até 5% superior ao da melhor proposta, o Sistema COMPRASNET, automaticamente, procederá da seguinte forma:

10.1.1. O sistema encaminhará mensagem automática, por meio do CHAT, convocando a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada a fazer sua última oferta no prazo de 5 (CINCO) MINUTOS, sob pena de decair do direito concedido.

10.1.2. A ME/EPP mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (CINCO) MINUTOS, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste Edital e seus anexos, será esta reclassificada como melhor proposta do certame.

10.1.3. Não sendo registrado um novo lance pela ME/EPP convocada pelo sistema, na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadram na condição prevista no caput, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, também no prazo de 5 (CINCO) MINUTOS.

10.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME's/EPP's que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.1.5. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.1.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes exercer os direitos de preferência descritos anteriormente, será mantida a ordem classificatória original do certame.

10.1.7. Na hipótese de não haver empresas nessas condições, o procedimento licitatório prossegue automaticamente com os demais licitantes, sem que haja qualquer referência a presente fase.

10.2. Na fase de HABILITAÇÃO, será concedido TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS ME's/EPP's que estejam com problemas de REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, à luz do disposto nos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme as seguintes regras:

a. Em se tratando de microempresas ou empresas de pequeno porte com alguma RESTRIÇÃO na comprovação da HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA, deverá(ão) ser apresentada(s) e juntada(s) aos autos a(s) respectiva(s) certidão(ões) com validade vencida ou com restrição, sendo aceita a situação parcial de irregularidade ali comprovada e julgado “habilitada” a empresa no certame;

b. Será assegurado o prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, cujo termo inicial acontecerá no momento em que a empresa for julgada “habilitada”, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões;

c. A não regularização da documentação fiscal no prazo indicado na alínea anterior implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos;

d. No caso de decadência do direito por não regularização da situação, será facultada à convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou até cancelar a licitação.

11. DA AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Encerrada a ETAPA COMPETITIVA, e transcorrida a fase de exercício do direito de preferência (se for o caso), o(a) Pregoeiro(a) verificará o cumprimento das CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, realizando as seguintes consultas/diligências:

a. Consulta Situação do Fornecedor e Relatório de Ocorrências (impedimentos, suspensões, multas, etc.) registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no link <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>;

b. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, no link <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

11.2. Não cumpridas quaisquer das condições de participação, o(a) Pregoeiro(a) DESCLASSIFICARÁ A PROPOSTA DO LICITANTE, sendo este impedido de prosseguir no certame, por decisão fundamentada, devidamente registrada no campo DESCLASSIFICAÇÃO do Sistema COMPRASNET.

12. DA ACEITABILIDADE DO PREÇO FINAL PROPOSTO

12.1. O(A) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação.

12.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.3. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

12.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal deste Órgão ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas contratadas, para orientar sua decisão.

12.5. Caso todos os licitantes tenham apresentado preços finais superiores ao valor estimativo fixado no EDITAL (no caso de orçamento aberto) ou constante nos autos (no caso de orçamento sigiloso) será realizada negociação prévia (item **13** deste Edital), na ordem de classificação, para fins de redução de preços. Não logrando sucesso tal negociação, o(a) Pregoeiro(a) procederá à desclassificação de todas as propostas, podendo declarar FRUSTRADO O CERTAME.

13. DA NEGOCIAÇÃO

13.1. Aceita a proposta melhor classificada por GRUPO, o(a) Pregoeiro(a) procederá à negociação por meio do CHAT, sendo o licitante convocado para, no prazo fixado pelo(a) Pregoeiro(a), que não será inferior a 5 (cinco) minutos, pronunciar-se quanto à possibilidade ou não da redução dos preços, prorrogável a pedido do licitante e/ou a critério do(a) Pregoeiro(a), desde que a situação assim exija.

13.2. Eventuais reduções de preços alcançadas na negociação serão registradas no sistema diretamente pelo(a) Pregoeiro(a), por ocasião da classificação das propostas.

13.3. Na ausência de manifestação do licitante quanto à convocação disposta no subitem **13.1** deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) poderá dar seguimento ao certame, prevalecendo o valor do último lance ofertado, SALVO SE O PREÇO FINAL PROPOSTO FOR SUPERIOR AO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO.

13.4. Caso o preço final da proposta melhor classificada seja superior ao PREÇO ESTIMADO, e não havendo sucesso na negociação junto a tal licitante, será desclassificado e proceder-se-á na forma fixada no item **12.5** deste Edital.

13.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA E DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

14.1. Nos termos **fixados no Item 6** deste Edital, a PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA (e os documentos técnicos pertinentes ao objeto, se for o caso), como também a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, deverão ser, previa e exclusivamente, anexadas ou enviadas pelo Sistema COMPRASNET, até a data e horário de abertura da sessão pública do certame, podendo o(a) Pregoeiro(a), a seu critério e considerando a natureza do objeto e as regras editalícias, solicitar durante a fase de aceitação e julgamento:

a. Via CHAT, que a empresa encaminhe a proposta comercial ajustada ao lance final, como também eventual documentação complementar (documentos necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados) necessária ao julgamento, por meio da opção “ENVIAR ANEXO” do Sistema COMPRASNET, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, contado da convocação do(a) Pregoeiro(a), prorrogável a pedido do licitante e/ou a critério do(a) Pregoeiro(a), desde que a situação assim exija;

b. Se o licitante não estiver logado e/ou não responder, via CHAT, à convocação do(a) Pregoeiro(a), terá o prazo indicado na alínea “a” deste item para envio da documentação solicitada, sob pena de decair do direito de participar da licitação e ter sua proposta DESCLASSIFICADA ou ser INABILITADO, observado o disposto no item **7.4** deste Edital;

c. Para fins de viabilização operacional, o(a) Pregoeiro(a) poderá convocar e reconvocar “Anexo” quantas vezes se fizerem necessárias, tendo em vista a finalidade do ato e a ampliação da competitividade;

14.2. Sob pena de INABILITAÇÃO ou DESCLASSIFICAÇÃO, toda a proposta e documentação exigida neste Edital (e seus anexos) deverá ser emitida em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte:

a. No caso em que o licitante seja matriz, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da matriz;

- b. No caso em que o licitante seja filial, a documentação deverá ser emitida com CNPJ da filial, exceto quanto ao Certificado de Regularidade de Situação (FGTS), para o licitante que proceda ao recolhimento dos encargos de forma centralizada;
- c. Será dispensada a apresentação, no nome e no CNPJ da filial, daquele documento que pela própria natureza apenas seja emitido em nome da matriz;
- d. O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preços e da habilitação deverá ser do mesmo estabelecimento do licitante que efetivamente executará o objeto da presente licitação.
- e. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.

14.3. Na hipótese de não haver lances na sessão, o(a) Pregoeiro(a) poderá julgar a melhor proposta comercial inicialmente cadastrada, caso nessa conste descrição completa do objeto licitado com todas as informações necessárias e suficientes, de maneira que seja possível a análise da qualidade do objeto proposto.

14.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar documentação complementar à proposta e habilitação, poderá ser DESCLASSIFICADO ou INABILITADO e sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.

14.5. As empresas participantes do certame somente deverão encaminhar propostas, declarações ou quaisquer outros documentos se expressamente previstos no Edital (e seus anexos) e/ou solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), mediante notificação efetuada pelo canal de comunicação (CHAT), sob pena de serem estes descartados.

14.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

14.7. A documentação original ou cópia autenticada, caso seja solicitada expressamente pelo(a) Pregoeiro(a), deverá ser encaminhada, no prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, contado da solicitação, ao endereço constante no item **30.17** deste Edital e em atenção à Comissão de Licitações desta PMA. Caso a referida documentação seja enviada via Correios, o comprovante de postagem deverá ser enviado para o e-mail: pregao.arapiraca.al@gmail.com.

15. DA PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

15.1. Havendo aceitação da proposta comercial classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) solicitará do(s) licitante(s) vencedor(es) o encaminhamento da proposta comercial escrita, devidamente ajustada ao último lance ou ao valor negociado.

15.2. A PROPOSTA COMERCIAL ESCRITA deverá conter, preferencialmente, as seguintes informações e documentos (modelo ANEXO II):



- a. Folha de rosto em papel timbrado da empresa, contendo a firma ou denominação do particular, inclusive com o número do CNPJ, endereço, telefone e e-mail, bem como referência ao número do presente certame, o nome do Órgão a quem se destina, valor global em algarismos e por extenso, prazo de validade, e outras informações pertinentes;
- b. Indicação da quantidade e dos preços unitário e total, conforme especificações contidas no Termo de Referência (ANEXO I);
- c. Certificações, rotulagens, autorizações ou outros documentos exigidos no Termo de Referência, se houver (ANEXO I);
- d. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.3. O(A) Pregoeiro(a) convocará o(s) licitante(s), via *CHAT*, para encaminhar a respectiva proposta, por meio da opção "Enviar Anexo" no Sistema COMPRASNET, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, observados os procedimentos e regras fixados no item **14** deste Edital, podendo esse prazo ser prorrogado a requerimento do interessado e/ou a critério do(a) Pregoeiro(a).

15.4. Quando da apresentação da proposta de preços ajustada, a empresa deverá enviar também os seguintes documentos:

- a) Composições de custos;**
- b) Composição de BDI; e**
- c) Composição de Encargos Sociais.**

16. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA COMERCIAL

16.1. O julgamento da proposta será realizado pelo critério do MENOR PREÇO POR GRUPO, observadas as EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE QUALIDADE do objeto proposto pelo licitante.

16.2. O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar PARECER TÉCNICO à unidade solicitante, para fins de avaliação da conformidade do objeto cotado às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (ANEXO I).

16.3. Será DESCLASSIFICADA, por despacho fundamentado, a proposta do licitante que, ressalvadas as situações e procedimentos previstos nos itens **16.7** a **16.9** deste Edital:

- a. Deixar de indicar, anexar ou comprovar as informações exigidas neste Edital e seus anexos;
- b. Indique objeto que não atenda a todas as exigências de qualidade e às especificações técnicas contidas no Termo de Referência (ANEXO I);
- c. Não contenha quantidade numérica e unidade métrica, conforme contida no Termo de Referência (ANEXO I).
- d. Não anexar a proposta comercial escrita (que poderá ser com identificação) até a data e horário previsto para abertura da sessão do certame.

16.4. Será CLASSIFICADA a proposta que atende satisfatoriamente a todas as exigências fixadas no Edital e seus anexos, bem como cujo objeto proposto esteja tecnicamente conforme com as especificações mínimas exigidas no Termo de Referência (ANEXO I).

16.5. Se a proposta for DESCLASSIFICADA, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital e seus anexos, segundo os procedimentos fixados nos subitens anteriores.

16.6. Escolhida a proposta que melhor atenda aos fins pretendidos, segundo as regras do Edital e seus anexos, o(a) Pregoeiro(a) passará à fase de habilitação.

16.7. Determinadas informações e formalidades exigidas pelo presente Edital e seus anexos que não afetem a essência da proposta do licitante poderão ser dispensadas pelo(a) Pregoeiro(a), ou até mesmo complementadas via sistema (via CHAT) ou da ferramenta "Enviar Anexo", a qualquer momento durante a fase de julgamento, no sentido de ampliar a competitividade e atingir a finalidade do certame, mediante despacho fundamentado.

16.8. Quaisquer modelos anexados (ou apensos) a este Edital servem apenas como orientação aos licitantes, não sendo motivo de desclassificação a apresentação de propostas ou documentos que sejam elaboradas de forma diferente, mas que contenham os elementos essenciais para comprovação das informações necessárias.

16.9. No julgamento das propostas, e considerando o interesse público na maior competitividade possível no certame, o(a) Pregoeiro(a) poderá:

- a. Solicitar complementação de informações, documentos e ajustes na proposta escrita para fins de atendimentos das exigências legais e editalícias;
- b. Solicitar ajustes aritméticos e/ou de percentuais e valores da planilha de custo e formação de preços para fins de adequação da proposta às exigências legais e editalícias, vedada majoração do valor global proposto;
- c. Sanar erros ou falhas que não alterem a substância e nem a validade jurídica das propostas e documentos anexos, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação;
- d. Realizar diligências em sítios oficiais e/ou via telefone para fins de complementação de informações acessórias ou que não prejudiquem a segurança da proposta do particular, sendo tudo consignado, via CHAT, na ata dos trabalhos.

17. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

17.1. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO para o presente certame deverá ser, prévia e exclusivamente, encaminhada via Sistema COMPRASNET, até a data e horário de abertura da sessão eletrônica inicial do certame, e compreenderá:

17.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (conforme o caso):

17.1.1.1. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL: documento comprobatório da inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis competente (Junta Comercial);



17.1.1.2. MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) - CCMEI - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

17.1.1.3. EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA (EIRELI) – ato constitutivo em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso);

17.1.1.4. SOCIEDADE EMPRESARIAL: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente (Junta Comercial ou Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso), JUNTAMENTE com o último aditivo, ou SOMENTE o ato constitutivo consolidado e aditivos firmados posteriormente à referida consolidação;

17.1.1.5. SOCIEDADE POR AÇÕES: além dos documentos exigidos no subitem anterior, apresentar os documentos de eleição de seus administradores;

17.1.1.6. SOCIEDADE SIMPLES: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

17.1.1.7. EMPRESA OU SOCIEDADE ESTRANGEIRA: decreto de autorização, assim como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

17.1.1.8. COOPERATIVAS: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

17.1.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

17.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

17.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital e Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

17.1.2.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



17.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

17.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

17.1.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

17.1.3.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da contratação.

17.1.3.2. Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados de contrato que comprovem que a licitante tenha executado:

a) Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares de no mínimo 3.000 ton/mês e;

b) Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos inertes de 2.000 ton/mês.

17.1.3.3. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade.

17.1.3.4. Registro ou inscrição do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) para execução do(s) serviço(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade.

17.1.3.5. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços relacionados abaixo:

a) Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares;

b) Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos inertes.

17.1.3.5.1. A certidão com atestado deverá ser expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), através da Certidão de Acervo Técnico – CAT.

17.1.3.5.2. A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) com a empresa, pode ser realizada com:

a) Apresentação do contrato social do licitante, no caso do profissional pertencer ao quadro societário da empresa;



- b) Apresentação de contrato de trabalho ou carteira profissional ou da ficha de registro de empregados que demonstrem a identificação profissional, no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da licitante; ou
- c) Declaração emitida pela empresa participante, de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência desse profissional, quanto a sua indicação para a prestação dos serviços, comprometendo-se a compor a equipe da empresa, caso esta venha a ser pré-qualificada.

17.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.1.4.1. Certidão negativa de falências expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

17.1.4.2. Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei;

17.1.4.3. Serão considerados como na forma da lei o balanço patrimonial assim apresentado:

a. Sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

a.1. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

b. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

b.1. Por fotocópia do Balanço Patrimonial devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhado dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento.

c. Sociedade criada no exercício em curso ou com integralização do Capital Social:

c.1. Fotocópia do Balanço de Abertura (ou atualizado), devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

d. O Balanço Patrimonial deve estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

e. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas, os quais deverão ser iguais ou superiores a 1,5 (UM VÍRGULA CINCO):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$



$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

17.1.4.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

17.1.4.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

17.1.4.6. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

17.1.4.7. O Microempreendedor Individual – MEI, assim denominado nos termos do §1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123/06, estão legalmente desobrigados de produzir balanço patrimonial, segundo estabelece Lei nº 10.406/02 – Código Civil, § 2º do art. 1.179. Portanto, não será exigida do MEI a apresentação do balanço patrimonial em obediência ao princípio da legalidade previsto no art. 3º da Lei 8.666/93.

17.1.4.8. Quando for apresentado Balanço Patrimonial na forma do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), a autenticação dos livros contábeis digitais será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED, em conformidade com o Decreto Federal nº 8.683, de 25 de fevereiro de 2016.

17.1.4.9. O prazo limite para fechamento das Demonstrações Contábeis é até o último dia do mês de maio do ano seguinte ao ano-calendário a que se refira a escrituração.

17.1.5. DECLARAÇÕES

17.1.5.1. TRABALHO DE MENOR – Declaração **eletrônica** de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal;

17.1.5.2. FATO IMPEDITIVO – Declaração **eletrônica** de que inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;



17.1.5.3. MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Declaração **eletrônica** de que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

17.1.5.4. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO – Declaração **eletrônica** de que cumpre plenamente as condições de habilitação fixadas no Edital e seus anexos;

17.1.5.5. ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA – Declaração **eletrônica** de que elaborou de forma independente a proposta comercial e seu(s) lance(s).

17.2. As declarações exigidas no subitem **17.1.5** deverão ser realizadas **eletronicamente** no momento do cadastro da respectiva proposta e poderão ser extraídas pelo(a) Pregoeiro(a) diretamente do Sistema COMPRASNET, não sendo de apresentação ou encaminhamento obrigatório pelo licitante.

17.3. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

17.4. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação, toda a documentação exigida para efeito de comprovação de REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA, mesmo que esta apresente alguma restrição.

17.5. O licitante que estiver com registro regular e em situação válida no SICAF, nos níveis de "Credenciamento", "Habilitação Jurídica", "Regularidade Fiscal e Trabalhista" e "Qualificação Econômico-Financeira", poderá deixar de apresentar os documentos referentes à HABILITAÇÃO JURÍDICA e REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA e QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, exceto as certidões indicadas no subitem **17.1** que não constem no cadastro do fornecedor ou cujo prazo de validade esteja expirado.

17.6. Não havendo indicação no corpo da própria certidão ou documento oficial apresentado para comprovação das exigências de habilitação previstas nesta cláusula, serão considerados válidos todos aqueles emitidos há, no máximo, 180 (CENTO E OITENTA) DIAS da data da sessão inicial do presente certame.

18. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

18.1. Havendo julgamento favorável à classificação da(s) proposta(s) comercial(is), o(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o(s) particular(es), via CHAT, para encaminhar ao Sistema COMPRASNET, por meio da opção "ENVIAR ANEXO", **no prazo de 02 (DUAS) HORAS** (podendo ser prorrogado a requerimento do interessado e a critério do(a) Pregoeiro(a)), DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR, observada a regra contida nos subitens **18.2 a 18.6** e os procedimentos e regras fixados no item **14** deste Edital.

18.2. Será acessado o SICAF para fins de consulta do cadastro do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar, para fins de verificação parcial da habilitação de cada licitante, sendo impresso o extrato que integrará a documentação de habilitação do(s) licitante(s).

18.3. Além da regularidade da documentação já abrangida pelo SICAF, serão visualizadas e impressas as declarações eletrônicas para fins de cumprimento do exigido no subitem **17.1.5** deste Edital.

18.4. Para fins de julgamento da habilitação, poderá haver a verificação em SÍTIOS OFICIAIS DE ÓRGÃOS E ENTIDADES EMISSORES DE CERTIDÕES E/OU DOCUMENTOS DIVERSOS, como forma de provar a autenticidade dos documentos/certidões e regularidade do licitante, ou até para fins de obtenção de certidões e informações, sendo comprovadas nos autos tais diligências.

18.5. Caso o licitante esteja com alguma certidão com prazo de validade vencida, poderá o(a) Pregoeiro(a) e/ou a equipe de apoio realizar diligências eletrônicas diretamente nos sítios oficiais e juntá-las aos autos.

18.6. Poderá ser INABILITADO o licitante que:

- a. Deixar de encaminhar ou de apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item **17** deste Edital.
- b. Apresentar certidão ou outro documento com prazo de validade vencido, ressalvados os permissivos contidos nos itens **17.4** e **18.8** deste Edital;
- c. Apresentar quaisquer documentos em desacordo com este Edital, inclusive quanto ao previsto no item **14.2** deste Edital;
- d. Não contenha em seu ato constitutivo atividade econômica compatível com o objeto da presente licitação;
- e. Não comprove exigência(s) de habilitação prevista neste Edital e seus anexos.

18.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

18.7.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento em que a empresa for julgada “habilitada” no certame.

18.8. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

18.9. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

18.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

18.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

19. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

19.1. Declarado o(s) vencedor(es), o(a) Pregoeiro(a) abrirá prazo mínimo de 30 (TRINTA) MINUTOS, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua **INTENÇÃO DE RECORRER** com registro da síntese de suas razões, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por qual(is) motivo(s).

19.2. O recurso administrativo poderá atacar qualquer ato decisório ou procedimento adotado pelo(a) Pregoeiro(a) durante todo o certame, não sendo meio adequado para impugnar regras do Edital e seus anexos.

19.3. Havendo registro de **INTENÇÃO DE RECURSO**, o(a) Pregoeiro(a) fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema, em razão da não observância dos pressupostos recursais de admissibilidade.

19.4. Será rejeitada a **INTENÇÃO DE RECURSO** de caráter protelatório que:

- a. Seja registrada por quem não tenha legítimo interesse;
- b. Seja intempestiva;
- c. Não ataque ato decisório ou procedimental praticado pelo(a) Pregoeiro(a) no certame; e/ou
- d. Fundamentada em mera insatisfação do licitante, sem alegação de qualquer fato prejudicial ou desconforme com o presente Edital e/ou com a legislação vigente.

19.5. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita terá o prazo de 03 (TRÊS) DIAS para apresentar as razões do recurso, por meio de registro no sistema, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

19.6. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos ou consultar as informações do certame disponíveis no próprio Sistema COMPRASNET.

19.7. Decorridos os prazos de apresentação de razões e contrarrazões, o(a) Pregoeiro(a) deverá analisar fundamentadamente os fatos e fundamentos arguidos pelo(s) recorrente(s), podendo, em sede de juízo de retratação:

- a. Reconsiderar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, reformando-a; ou,
- b. Manter inalterada a decisão recorrida.

19.8. Se o recurso interposto não for aceito pelo(a) Pregoeiro(a), o processo deverá ser submetido, depois de devidamente instruído pelo(a) Pregoeiro(a), à análise hierárquica superior para fins de decisão final, podendo a autoridade competente:

- a. Decidir de pronto o mérito do recurso, segundo os documentos e informações contidas nos autos, como também os fundamentos da decisão do(a) Pregoeiro(a).
- b. Determinar prévia emissão de pareceres da área técnica interessada e/ou parecer jurídico para fins de decisão.



19.9. Não é imprescindível haver total correspondência entre os fatos e fundamentos indicados na intenção de recurso e as razões escritas do respectivo recurso.

19.10. A não apresentação das razões referente à intenção de recurso registrada no sistema importa preclusão do direito e julgamento do recurso, segundo os fatos e fundamentos indicados na própria intenção.

19.11. Não cabe recurso adesivo por ocasião do exercício do direito de contrarrazoar.

19.12. Na análise e julgamento do recurso, poderá o(a) Pregoeiro(a) baixar em diligência os autos para fins de pronunciamento da unidade técnica responsável pela especificação do objeto, bem como para Assessoria Jurídica e/ou Assessoria Contábil.

19.13. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, sendo reaberta a Sessão Pública para fins de prosseguimento do certame (item **20** deste Edital).

20. DA REABERTURA DA SESSÃO

20.1. A Sessão Pública poderá ser REABERTA, em prazo não inferior a 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, em relação ao(s) GRUPO(S) do objeto que apresente(m) os seguintes eventos, observada sempre a ordem classificatória da fase de lances:

- a.** Julgamento favorável em sede de recurso administrativo que leve à anulação de atos da fase preparatória ou da própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b.** Constatado erro/impropriedade na aceitação e julgamento da proposta, ou no julgamento da habilitação, sendo retroagido o certame aos procedimentos imediatamente anteriores ao instante do erro/impropriedade declarada;
- c.** Licitante declarado vencedor que não assinar o instrumento contratual, sendo o certame retomado da fase de aceitação e julgamento das propostas;
- d.** ME/EPP com restrição da habilitação fiscal e trabalhista que seja vencedora do certame e não comprovar tal regularidade no prazo fixado neste Edital, nos termos do art. 43, §1º da Lei Complementar nº 123/2006, sendo reiniciados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;
- e.** Licitante vencedor que não mantenha as condições de participação e de habilitação até o momento da assinatura do instrumento contratual, sendo reiniciados os procedimentos de aceitação e julgamento das propostas.

20.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a Sessão reaberta, sendo devidamente registrados no Sistema COMPRASNET a data e hora de tal reabertura, observadas os seguintes meios:

- a.** A convocação se dará por meio do Sistema COMPRASNET ("CHAT" ou evento de reabertura) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório;
- b.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados;

20.3. À Sessão Pública reaberta aplicam-se todos os procedimentos e regras de processamento fixadas neste Edital, a depender apenas da fase em que se retomarão os trabalhos.

21. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

21.1. Quando não houver recurso administrativo, o(a) Pregoeiro(a) encerrará a sessão e ADJUDICARÁ o objeto ao(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) for(em) considerada(s) vencedora(s) do certame. Neste caso, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará o processo, devidamente instruído, à apreciação da autoridade competente para fins de HOMOLOGAÇÃO.

21.2. Caso haja RECURSO ADMINISTRATIVO, o processo será submetido à superior consideração da autoridade competente para fins de homologação do certame e adjudicação do objeto ao(s) vencedor(es), POR GRUPO.

21.3. Por meio de DESPACHO fundamentado, poderá a autoridade competente:

- a.** Homologar o certame para produção de todos os efeitos de fato e de direito previstos na legislação;
- b.** Anular, total ou parcialmente, em razão de ilegalidade, determinando o aproveitamento dos atos não viciados; ou,
- c. Revogar**, total ou parcialmente, o certame por razões de conveniência e oportunidade, à luz do interesse público primário tutelado.

21.4. Não havendo homologação do certame, decorridos 90 (NOVENTA) DIAS da data de abertura das propostas, fica(m) o(s) licitante(s) liberado(s) dos compromissos assumidos em sua(s) proposta(s).

22. DA PUBLICIDADE

22.1. O presente Edital será publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Município – DOM e no sítio eletrônico oficial do Município de Arapiraca, em forma de aviso, nos termos estabelecidos no art. 20 do Decreto Municipal nº 2.693/2021.

22.2. Todos os atos do procedimento licitatório durante a chamada fase externa serão divulgados no Portal de Compras do Governo Federal – COMPRASNET (www.gov.br/compras).

22.3. O Termo de Contrato será publicado, em forma de extrato, no Diário Oficial do Município – DOM.

23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas para atender a esta licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 12.12.15.452.3110.2102 – MANTER OS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.10 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

24. DO PAGAMENTO

24.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

25. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

25.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

26. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

26.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência, anexo a este Edital.

27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

27.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

28. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

28.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

28.1.1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

28.1.2. Apresentar documentação falsa;

28.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

28.1.4. Não manter a proposta;

28.1.5. Comportar-se de modo inidôneo;

28.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

28.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

28.3.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

28.3.2. Multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) grupo(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

28.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Município de Arapiraca, pelo prazo de até dois anos;

28.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

28.5. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

28.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

28.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

28.8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

29. DA CONTRATAÇÃO

29.1. Após a homologação da licitação, havendo interesse da Administração, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

29.2. O adjudicatário terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

29.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

29.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

29.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

29.3.1. Referida Nota ou instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

29.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital e seus anexos;

29.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

29.4. A vigência do Contrato está estabelecida no Termo de Referência, anexo a este Edital.

29.5. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

29.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

30. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

30.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

30.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

30.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

30.4. A critério da Administração, poderá a presente licitação:

a. Ter a abertura da sessão ADIADA, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial e registro no COMPRASNET, para fins de obtenção de melhores condições de análise de pedidos de esclarecimentos e/ou impugnações do edital, ou por outras razões de interesse da Instituição.

b. Ser SUSPENSA, por conveniência da Administração, mediante prévia publicação no Diário Oficial e registro no COMPRASNET, para fins de readequação de eventuais falhas e/ou inadequações identificadas.

c. Ser REVOGADA, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

d. Ser ANULADA, de ofício ou por provocação de terceiros, caso haja invalidade ou ilegalidade, mediante Despacho escrito e devidamente fundamentado, podendo ser aproveitados os atos pretéritos ao momento da ilegalidade.

30.5. A anulação do procedimento licitatório induz a da contratação, mantendo-se hígidos todos os atos não contaminados pela ilegalidade declarada.

30.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

30.7. O(A) Pregoeiro(a), ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, no sentido de ampliar a competição e de melhor alcançar a finalidade pública pretendida com o presente certame.

30.8. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

30.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

30.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

30.11. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

30.12. Na contagem dos prazos previstos neste instrumento convocatório, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário, conforme determina o art. 110, da Lei nº. 8.666/93.

30.13. As regras do presente certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse público primário, a finalidade e a segurança da contratação.

30.14. A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das regras constantes do presente ato de convocação, independentemente de declaração expressa.

30.15. Será aceito como comunicação oficial e/ou meio de prova das formalidades inerentes a este certame, os documentos, correspondências, comunicação e/ou notificações encaminhadas por e-mail, bem como registradas no Sistema COMPRASNET ou publicada no Diário Oficial, nos termos da legislação.

30.16. Os casos omissos neste Edital e seus anexos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que se baseará nos princípios aplicáveis à Administração Pública e às licitações públicas, como também nas disposições contidas na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2.693/2021, e, subsidiariamente, pela Lei Federal nº 8.666/1993, e demais normas aplicáveis à espécie.

30.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos www.gov.br/compras e www.arapiraca.al.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges – Arapiraca/AL, CEP: 57.311-180, nos dias úteis, no horário das 8h às 14h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Arapiraca – AL, 17 de agosto de 2021.

Aracelly Soares Pereira de Oliveira
Pregoeira – Portaria n.º 863/2021

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada nos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Arapiraca, atendendo as especificações e demais elementos técnicos.

2. DESTINO/FINALIDADE:

2.1. Os locais a sofrerem intervenção serão compreendidos por todas as áreas dentro dos limites do município de Arapiraca, abrangendo tanto as áreas urbanas como as rurais.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços a serem realizados enquadram-se na classificação de serviços de natureza Coletiva, social e pessoal.

3.2 Trata-se de serviço de natureza coletiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, tipo MENOR PREÇO, na forma de execução indireta, sob a empreitada por preços unitários.

3.3. Os serviços a serem contratados constituem-se em atividades especiais complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. JUSTIFICATIVA:

4.1. A saúde e o meio ambiente se colocam como políticas públicas prioritárias da atual administração municipal de Arapiraca, visando garantir mais qualidade de vida à população.

4.2. Os serviços de limpeza pública, de natureza continuada, constituem estratégias básicas indispensáveis para o alcance e manutenção de adequados padrões urbanísticos e de saúde pública e meio ambiente.

4.3. A realização de procedimento licitatório para contratação de empresa para a realização destes serviços torna-se necessária e imprescindível, em observância ao princípio da continuidade da prestação de serviços e do interesse público.

4.4. Todos os custos de mão-de-obra, materiais, equipamentos, despesas e encargos administrativos, operacionais, financeiros, tributários, trabalhistas ou de qualquer outra natureza, incorridos na prestação dos serviços, são de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

4.5. Atendendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, todos os resíduos resultantes dos serviços terão como destinação final, doravante denominado “CTR AGRESTE”.

4.6. O local para a destino final dos resíduos, objeto desta contratação, será a Central de Tratamento de Resíduos da ALAGOAS AMBIENTAL, localizado no Município de Craíbas, na rodovia AL 115, Lagoa do Rancho, divisa com o município de Arapiraca, não integrando, portanto, o objeto deste Termo de Referência.

4.7. Além dos aspectos já expostos justifica-se a nova contratação em função do encerramento do contrato vigente para atendimento dos serviços de limpeza urbanas citadas no objeto deste Termo de Referência, visto tratar-se de ações essenciais de saúde pública que não devem ser interrompidas.

5. ASPECTOS AMBIENTAIS:

5.1. Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA é obrigada a observar rigorosamente a legislação ambiental federal, estadual e municipal pertinentes.

5.2. Os resíduos coletados são transportados pela CONTRATADA em veículos adequados. Nos casos em que for admitido o uso de caminhão basculante, é obrigatória a cobertura dos resíduos durante todo o percurso, mediante o uso de lona, encerado ou similar, fechando a carroceria.

5.3. No caso de remoção de galhos, folhas ou outros resíduos vegetais, é vedada a sua redução por meio de queima.

5.4. A CONTRATADA responderá administrativa, civil e penalmente pelos danos que eventualmente causar ao meio ambiente, aos bens públicos ou de particulares.

6. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

6.1.1. O resíduo a ser coletado é o produzido nos imóveis públicos e privados, residenciais, e se constitui, geralmente, de: restos de alimentos, papel, papelão, plástico, vidro, metal, pano, madeira, folhagem, resíduos resultantes de varrição e outros meios de higienização de bens móveis e imóveis.

6.1.2. O seu acondicionamento é feito em sacos plásticos ou em recipientes de plástico ou borracha, ou ainda em lixeiras ou contêineres, no caso de imóveis multifamiliares ou estabelecimentos com volume de até 100 litros/dia, devem ser colocados na frente do imóvel, momentos antes da passagem do veículo coletor. Este, por sua vez, sempre que estiver com a capacidade plenamente utilizada, dirigir-se-á ao local de destino final.

6.1.2.1. Em caso de danificação ou rompimento acidental dos sacos plásticos, os agentes de limpeza são obrigados ao recolhimento integral dos resíduos neles acondicionados, utilizando as ferramentas e utensílios auxiliares de coleta.

6.1.2.2. Resíduos sólidos resultantes de poda de jardins e pomares, também, coletados, desde que devidamente acondicionados.

6.1.2.3. No prédio onde houver local específico para disposição do lixo até a coleta, caberá à CONTRATADA realizar o recolhimento de dentro da lixeira.

6.1.3. É obrigação da CONTRATADA divulgar, às suas expensas, regular e sistematicamente, de iniciativa própria ou sempre que determinado pela CONTRATANTE, por meio de impressos e meios de comunicação como carro de som, rádio e televisão, à população usuária dos serviços as rotas, dias e horários de coleta, objetivando maior

eficiência dos serviços.

6.1.4. A frequência da coleta, obedecidas as exigências mínimas constantes deste Termo de Referência será indicada pela CONTRATANTE, será realizada de modo a impedir a ocorrência de odores e a atração de vetores.

6.1.4.1. O serviço público de coleta domiciliar poderá ser executado apenas duas vezes por semana em áreas com características de difícil acesso, como bairros não pavimentados ou bairros localizados na zona rural, mediante a aprovação expressa e prévia do órgão municipal responsável pela Fiscalização dos serviços objeto do contrato.

6.1.5. A realização da coleta domiciliar, em cada região, bairro e logradouro, será diurna ou noturna, levando-se em consideração as suas peculiaridades quanto aos horários de maior ou menor fluxo de pessoas e veículos nas vias públicas, funcionamento de comércio, indústria, bancos, escolas, unidades de saúde, igrejas, casas de diversão, eventos públicos e atividades comunitárias, acesso viário e iluminação pública, dentre outras, de modo a se assegurar o mínimo transtorno e a máxima segurança possível à população usuária bem como a eficiência e a efetividade do serviço.

6.1.6. A coleta domiciliar deverá ser operada com programação de coleta por setor nos turnos diurno ou noturno, conforme planejamento proposto pela CONTRATADA através de ordem de serviço específica com prazo determinado.

6.1.6.1. O início desta atividade se dará após emissão de ordem de serviço específica contendo local e atividade emitida pela CONTRATANTE.

6.1.6.2. Fica expressamente vedada a permanência de resíduos de um dia para outro no interior do equipamento coletor, salvo por motivo de pane ou outro incidente ocorrido com o veículo, o que deverá ser imediatamente comunicado à FISCALIZAÇÃO.

6.1.7. A frequência da coleta domiciliar é diária ou em dias alternados, podendo ser executada no período diurno ou noturno e com frequência par (2ª, 4ª e 6ª) ou ímpar (3ª, 5ª e sábado), conforme informado pela CONTRATADA.

6.1.7.1. A coleta domiciliar é feita independentemente de feriados, dias santos e condições meteorológicas.

6.1.7.2. Eventos de grande porte, tais como festejos religiosos, carnavalescos, folclóricos, estudantis, político-eleitorais ou de qualquer outra natureza não constituem motivo para a não realização da coleta domiciliar ou a sua realização de forma diferente. A limpeza dos logradouros, ruas e avenidas, durante ou logo após esses eventos, é feita sem prejuízo das atividades rotineiras da coleta domiciliar.

6.1.7.3. A CONTRATADA efetuará o recolhimento dos resíduos colocados indevidamente nas vias públicas, mesmo quando não acondicionados ou acondicionados inadequadamente. Nesse caso, cabe à CONTRATADA identificar o usuário dos serviços e orientá-lo quanto ao necessário acondicionamento dos resíduos. Após comprovar perante a CONTRATANTE que prestou a devida orientação ao usuário e havendo reincidência em, no mínimo 3 (três) vezes consecutivas, a CONTRATADA dará conhecimento à fiscalização para adoção das providências cabíveis.

6.1.8. O equipamento utilizado nessa operação será o caminhão coletor compactador, que permita um grau de compactação médio da ordem de 3:1, equipado com sistema hidráulico para basculante traseiro de contêineres e ferramentas e utensílios utilizados no serviço.

6.1.8.1. A constituição de cada guarnição de coleta dos resíduos domiciliares será composta pelos seguintes componentes:

- a) 01 (um) caminhão compactador de 15 m³;
- b) 01 (um) motorista;
- c) 03 (três) coletores;
- d) 01 (um) fiscal por turno.

6.1.8.2 A mão de obra terá um acréscimo de 10% no seu dimensionamento.

6.1.8.3 Dimensiona-se o quantitativo mínimo de equipamentos que serão exigidos no serviço: 1 pica-pe para fiscalização, 1 caminhão poliguindaste, 40 caçambas estacionárias de 5 m³, 8 guarnições no período diurno e 6 guarnições no período noturno, além da reserva técnica fornecida pela CONTRATADA, devendo atender o quantitativo demandado no mês.

6.1.9. Onde houver baixa densidade demográfica, admite-se a utilização de caminhão basculante com capacidade de até 12m³.

6.1.10. Nos logradouros e ruas estreitas ou com algum tipo de limitação para manobras poderá ser usado na coleta um veículo leve com capacidade de carga menor, mediante prévia e escrita anuência da CONTRATANTE.

6.1.11. Todos os veículos, containers e lixeiras são, obrigatoriamente, às expensas da CONTRATADA, identificados com a logomarca da CONTRATANTE.

6.1.12. Ao motorista e aos agentes de limpeza integrantes de cada equipe de coleta domiciliar é obrigatório o uso de uniforme padronizado, identificado com a logomarca da CONTRATANTE, composto de calça, camisa, boné e calçado. Os agentes de limpeza usarão, ainda, luvas, colete refletivo e capa para chuva, quando necessário.

6.1.13. A cada viagem ao aterro sanitário, os caminhões compactadores deverão ser pesados carregados e após a sua descarga, antes de retornarem ao setor ou serem recolhidos, mesmo em caso de quebra, deverão ser apurados os seus pesos líquidos.

6.1.13.1. Deverá ser apresentada para cada pesagem um "ticket" em 03 (três) vias, contendo: a placa do veículo, a data, o horário da pesagem carregado, o peso bruto, o horário da pesagem

vazio, o peso vazio (tara) e o peso líquido (peso bruto menos a tara) e a assinatura do Fiscal responsável por parte do MUNICÍPIO. A primeira via deverá ficar com MUNICÍPIO e as demais vias com a CONTRATADA.

6.1.14. Havendo aumento dos resíduos a recolher em consequência de acréscimo da população e do número de estabelecimentos comerciais, institucionais, prestadores de serviços ou por outra ocorrência não prevista, poderá a CONTRATANTE, solicitar a CONTRATADA que aumente o número de viagens, o número de veículos coletores, ou de pessoal necessário para a execução dos serviços.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: tonelada de resíduo coletado e pesado em balança.

6.2. COLETA MECANIZADA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS INERTES

6.2.1. O resíduo a ser coletado é o descartado indiscriminadamente pela população nas vias e logradouros públicos e se constitui, geralmente, de: entulhos, resíduos volumosos, resíduos domésticos, restos de poda, entre outros.

6.2.2. O início desta atividade se dará após emissão de ordem de serviço específica contendo local e atividade emitida pela CONTRATANTE.

6.2.3. A realização da coleta de resíduos urbanos, em cada região, bairro e logradouro, será diurna ou noturna, levando-se em consideração as suas peculiaridades quanto aos horários de maior ou menor fluxo de pessoas e veículos nas vias públicas, funcionamento de comércio, indústria, bancos, escolas, unidades de saúde, igrejas, casas de diversão, eventos públicos e atividades comunitárias, acesso viário e iluminação pública, dentre outras, de modo a se assegurar o mínimo transtorno e a máxima segurança possível à população usuária bem como a eficiência e a efetividade do serviço.

6.2.4. A coleta de resíduos urbanos se inicia às 8:00h, podendo ter sua programação prevista nos turnos diurno e noturno.

6.2.5. O equipamento utilizado nessa operação será o caminhão basculante e pá carregadeiras e ferramentas e utensílios utilizados no serviço.

6.2.6. A constituição mínima de cada guarnição de coleta mecanizada dos resíduos urbanos será composta pelos seguintes componentes:

- a) 01 (uma) pá carregadeira
- b) 06 (seis) caminhões basculantes de 12 m³;
- c) 01 (um) operador;
- d) 06 (seis) motoristas;
- e) 06 (seis) agentes de limpeza.

6.2.7. A mão de obra terá um acréscimo de 10% no seu dimensionamento.

6.2.8. A CONTRATADA deverá fornecer reserva técnica para os equipamentos.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: toneladas de resíduos coletados e pesado em balança.

6.3. COLETA MANUAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS INERTES

6.3.1. São considerados resíduos sólidos diversificados, resíduos de capinação, de limpeza de bueiros/galerias, resto de construção civil e outros, além dos lançados indiscriminadamente nas vias e ou em áreas públicas por pessoas não identificadas que por sua caracterização e volume venha a ocasionar danos ao meio ambiente e a proliferação de vetores.

6.3.2. A execução da coleta é realizada manualmente em virtude dos pequenos volumes, pelos agentes de limpeza da CONTRATADA.

6.3.3 Os veículos deverão ser enlonados durante o transporte dos resíduos para destinação final.

6.3.4. A constituição mínima de cada guarnição de coleta manual dos resíduos urbanos será composta pelos seguintes componentes:

- a) 02 (dois) caminhões basculantes de 12 m3;
- b) 02 (dois) motorista; e
- c) 04 (quatro) agentes de limpeza.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: tonelada de resíduo coletado e pesado em balança.

6.4 VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

6.4.1. Entende-se por varrição o conjunto das atividades necessárias para varrer, juntar, acondicionar e remover manualmente quaisquer resíduos sólidos lançados ou acumulados, naturalmente ou pela ação humana, em todas as vias pavimentadas e logradouros públicos, abrangendo sarjetas, passeios, canteiros centrais ajardinados ou não, esvaziamento de cestos coletores e acondicionamento dos resíduos.

6.4.2. Nas vias públicas a varrição deve abranger os passeios e, no mínimo, uma faixa com a largura nominal de 1.0 m ao longo das sarjetas, largura esta a ser contada a partir da face vertical do meio fio ou guias, quer limitadoras dos referidos passeios, quer de eventuais canteiros centrais de avenida.

6.4.3. Estas atividades são realizadas pelos agentes de limpeza com o uso de equipamentos e ferramentas manuais, tais como carro sobre rodas (tipo lutocar), vassoura e pá com cabo longo, além se sacos plásticos com capacidade de 100 litros, e inclui a retirada de terra e areia, em pequena quantidade, que se encontre sobre os passeios (calçadas), canteiros centrais de ruas e avenidas, praças, parques, quadras de esportes e, ainda, sobre o leito das vias públicas.

6.4.4. Os carros de mão (tipo lutocar) são, às expensas da CONTRATADA, adesivados com a logomarca da CONTRATANTE.

6.4.5. Não poderão ser deslocadas as equipes de varrição para realização de outros serviços, salvo em situações absolutamente indispensáveis, em casos emergenciais, devidamente justificados, mediante prévia e escrita determinação da CONTRATANTE.

6.4.6. Inclui-se neste serviço a coleta dos resíduos dispostos pela comunidade nas lixeiras de pequeno porte, existentes nos trajetos e logradouros onde se realiza a varrição.

6.4.7. O lixo varrido, assim como o retirado das lixeiras de pequeno porte, será acondicionado em saco plástico com capacidade para 100 litros, que atenda às especificações da ABNT – NBR 13056, NBR 9090, NBR 9091, NBR 9195, NBR 13055, na cor preta, e, quando cheio, é amarrado pela boca e colocado, no mesmo dia, em horário adequado, em ponto de passagem do caminhão coletor.

6.4.8. O início desta atividade se dará após emissão de ordem de serviço específica contendo local e atividade emitida pela CONTRATANTE.

6.4.9. A varrição, quando diária é realizada, de segunda a sábados, durante o dia, em horário estabelecido, conforme as necessidades de cada localidade, ou, excepcionalmente, à noite, se assim for determinado pela CONTRATANTE.

6.4.10. A CONTRATADA é obrigada a realizar varrições especiais, de acordo com programação prévia a ser fornecida pela CONTRATANTE, nos locais de realização de feiras bem como eventos cívicos, políticos, comunitários, turísticos, religiosos, esportivos, culturais e artísticos.

6.4.11. Os agentes de limpeza são devidamente uniformizados com calça, camisa, colete refletivo, boné, calçado, capa para chuva e equipamentos de proteção individual – EPI's.

6.4.12. Serão disponibilizados 25 agentes de Limpeza, 1 fiscal, 1 moto e 2 micro-ônibus.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: km de sarjetas.

6.5. EQUIPE PADRÃO PARA SERVIÇOS DIVERSOS

6.5.1. Entende-se por serviços complementares a execução de atividades de apoio aos serviços de limpeza pública, tais como, capina manual em áreas pavimentadas e não pavimentadas, a remoção de barro com a raspagem e a pintura e limpeza de postes e meio fio, que serão executados por ordem de serviço específica emitida pela CONTRATANTE.

6.5.1.1. Incluem-se nestes serviços a raspagem seguida de varrição de sarjetas para retirada de resíduos sólidos terra e areia.

6.5.1.2 A pintura de meios fios deverá ser executada pintando-se com cal de cor branca a parte superior da guia e o espelho da mesma até a sarjeta. Este serviço somente é feito não havendo vegetação, terra ou areia na área a ser pintada, sendo precedido, portanto, das intervenções de capina e raspagem.

6.5.1.3. Estes serviços são executados permanentemente, em dias úteis e, ainda, em situações eventuais determinadas pela CONTRATANTE, no período diurno, entre as 8:00h e as 16:20h, por equipes de agentes de limpeza.

6.5.1.4. O equipamento utilizado é a roçadeira costal, acionada por motor movido a combustível líquido, além das ferramentas habituais (pá, chibanca, enxada, vassoura, etc.), que permitam a capinação manual onde houver dificuldade para a operação do equipamento bem como a raspagem seguida de varrição.

6.5.1.5. Os fiscais terão como uniforme, calça, camisa, boné e calçado, os agentes terão como uniforme, calça, camisa, boné e calçado, usarão, ainda, luvas, bonés, colete refletivo e, quando necessário, capa para chuva.

6.5.2. Os resíduos resultantes dos serviços referidos neste item são transportados imediatamente após a conclusão de cada jornada diária até o local de destino final, pelas guarnições da coleta de resíduos urbanos.

6.5.3. Cada equipe estimada para execução dos serviços é composta pelos seguintes componentes:

- a) 10 (dez) agentes de serviços;
- b) 01 (um) fiscal de turma.

6.5.4. Serão disponibilizadas 6 (seis) equipes e uma retroescavadeira.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: Equipe/mês.

6.6. PODA, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE PODAÇÃO

6.6.1. Este serviço consiste em equipe para atuar principalmente nos serviços de podas de árvores e ou em supressão arbórea, que serão executados por ordem de serviço específica emitida pela CONTRATANTE.

6.6.2. Os resíduos resultantes dos serviços referidos neste item são transportados imediatamente após a conclusão de cada jornada diária até o local de destino final.

6.6.3. Estes serviços são executados permanentemente, em dias úteis, e, ainda, em situações eventuais determinadas pela CONTRATANTE, no período diurno, entre as 8:00h e as 16:20h.

6.6.4. Os funcionários deverão ser orientados e treinados se apresentando aos serviços sempre uniformizados e munidos de todo o EPI e EPC necessários, bem como, ferramentas manuais necessárias.

6.6.5 Cada equipe estimada para execução dos serviços é composta pelos seguintes componentes:

- a) 01 (um) caminhão carroceria, ou caçamba basculante de 10 m³;
- b) 01 (um) motorista;
- c) 06 (seis) agentes de limpeza;
- d) 01 (um) fiscal de turma.

6.6.6.A mão de obra terá um acréscimo de 10% no seu dimensionamento.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: Equipe/mês.

7. VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS:

7.1. O número, as marcas, os modelos, a capacidade, e outras características dos veículos e equipamentos, ficam a critério da CONTRATADA, desde que respeite as seguintes condições:

7.1.1. As caçambas deverão ser formadas de modo a evitar despejo de resíduos nas vias públicas, providas de sistema de esvaziamento e descarga automática, sem necessidade de mão-de-obra para o seu esvaziamento e serem dotadas de suporte para pá e vassouras.

7.1.2. Os veículos deverão ser equipados e adequados as necessidades de cada tipo de serviço e em condições e quantidades suficientes para a perfeita execução dos serviços, podendo ser alteradas suas condições, tipos, capacidade e quantitativos de acordo com a necessidades apuradas pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, desde que seja para melhoria na execução dos serviços.

7.1.3. Os veículos utilizados para a coleta dos resíduos domiciliares deverão possuir equipamento para rastreamento por satélite e a CONTRATANTE deverá ter acesso *on-line* irrestrito das informações do rastreamento.

7.1.4. Perfeito funcionamento do velocímetro, hodômetro, tacógrafo, equipamento de rastreamento e equipamento de sinalização;

7.1.5. Perfeito estado de conservação da pintura; e

7.1.6. Limpeza geral.

7.1.7. A CONTRATADA deverá aplicar o Plano de Manutenção dos veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados, baseado em: inspeções diárias; programa de manutenção preventiva e corretiva; programa de serviços internos e externos; programa de limpeza e reforma (lavagem, desinfecção e pintura periódica); programa de controle dos itens de segurança (iluminação, pneus etc.) e programa de manutenção, limpeza e reparos dos demais equipamentos.

7.1.8. A manutenção mecânica preventiva e corretiva não poderá causar transtornos durante a execução dos serviços, bem como a manutenção da limpeza e conservação da pintura em bom estado deverão ser observadas rigorosamente.

7.1.9. As águas provenientes da lavagem de caminhões e caçambas deverão ser armazenadas e devidamente tratadas de acordo com legislação pertinente, evitando-se a contaminação do meio ambiente.

7.1.10. As alterações de veículos automotores no cadastro somente serão autorizadas pela CONTRATANTE.

7.1.11. Os padrões de pintura, adesivos e identificação dos veículos deverão seguir as normas definidas pela CONTRATANTE, podendo a CONTRATADA propor projeto a ser implantado nos veículos de coleta, alusivo a mensagens institucionais de conscientização ambiental.

7.1.12. A CONTRATANTE não se responsabilizará pela integridade de veículos ou equipamentos da CONTRATADA em caso de greve ou perturbações da ordem de qualquer espécie.

8. INSTALAÇÕES:

8.1. A CONTRATADA deverá dispor, no mínimo, das seguintes instalações fixas: oficina mecânica, almoxarifado e adendos, providos de ferramentas, estoque de componentes e peças, de forma a poder garantir, com regularidade, a manutenção dos veículos.

8.2. A CONTRATADA deverá dispor de um sistema de manutenção e conservação para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos e equipamentos, bem como adequação dos serviços de pintura, visando manter os padrões exigidos pela CONTRATANTE.

8.3. Deverá, igualmente, dispor de garagem ou pátio de estacionamento, não sendo permitida a permanência de veículos na via pública, quando fora de serviço ou aguardando o início dos trabalhos.

8.4. As instalações deverão ser dotadas de vestiário com chuveiro e sanitário e escritório para controle e planejamento, e instalado, preferencialmente, no município de ARAPIRACA.

9. PESSOAL:

9.1. Competirá à CONTRATADA a admissão de motoristas, técnicos, varredores, agentes de limpeza, coletores, operadores de roçadeiras, encarregados e outros funcionários necessários ao desempenho dos serviços contratados, correndo por conta desta todos os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e outras de qualquer natureza.

9.2. Só deverão ser admitidos candidatos que se apresentarem com boas referências e possuírem documentação necessária e em ordem. Deverão ser atenciosos e educados no tratamento dado ao munícipe, bem como cuidadosos com o bem público.

9.3. A fiscalização terá direito de sugerir dispensa, a qual deverá se respondida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem à ação judicial, o MUNICÍPIO não terá, em nenhum caso, qualquer responsabilidade.

9.4. Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado, ao pessoal da CONTRATADA, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.

9.5. Será expressamente proibida a ingestão de bebidas alcoólicas, a solicitação de gratificações e donativos de qualquer espécie.

9.6. A equipe deverá apresentar-se uniformizada e asseada, com vestimenta e calçados adequados, bonés, capas protetoras e demais equipamentos de segurança, quando a situação os exigir.

9.7. Cabe à CONTRATADA apresentar, nos locais e no horário de trabalho, os operários devidamente uniformizados, providenciando equipamentos e veículos suficientes para a realização dos serviços.

9.8. Os serviços poderão ser iniciados com uniformes nos padrões habituais da CONTRATADA, devendo a empresa num prazo de até 30 (trinta) dias a contar do fornecimento das informações pela CONTRATANTE, providenciar a adequação às cores, padrões, dizeres e logotipos determinados pela CONTRATANTE.

10. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1 PROPOSTA

10.1.1 As Empresas deverão apresentar a PROPOSTA DE PREÇO, para os serviços objeto do Contrato.

10.1.2 Deverá constar na proposta:

10.1.2.1. Razão social, endereço completo, telefone/fax, e-mail da licitante.

10.1.2.2. Os preços unitários de cada Item, preço total do Item e preço total para o grupo de Itens, de acordo com o descrito e detalhado neste Termo de Referência.

10.1.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no mínimo a descrição detalhada do objeto, a unidade de fornecimento:

10.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.2.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da contratação.

10.2.2. Atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, acompanhados de contrato que comprovem que a licitante tenha executado:

a) Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares de no mínimo: 3.000 ton/mês;

b) Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos inertes de 2.000 ton/mês.

10.2.3. Registro da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade.

10.2.4. Registro ou inscrição do(s) responsável(eis) técnico(s) indicado(s) para execução do(s) serviço(s) no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), em plena validade.

10.2.5. Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data de entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, detentor(es) de Atestado de Responsabilidade Técnica

por execução de serviços relacionados abaixo:

a) Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares;

b) Prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos inertes.

10.2.5.1. A certidão com atestado deverá ser expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), através da Certidão de Acervo Técnico – CAT.

10.2.5.2. A comprovação de vínculo do(s) profissional(is) com a empresa, pode ser realizada com:

a) Apresentação do contrato social do licitante, no caso do profissional pertencer ao quadro societário da empresa;

b) Apresentação de contrato de trabalho ou carteira profissional ou da ficha de registro de empregados que demonstrem a identificação profissional, no caso do profissional pertencer ao quadro de empregados da licitante; ou c) Declaração emitida pela empresa participante, de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência desse profissional, quanto a sua indicação para a prestação dos serviços, comprometendo-se a compor a equipe da empresa, caso esta venha a ser pré-qualificada.

11. MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS:

11.1. Os serviços serão medidos de acordo com as unidades contidas na Planilha Proposta.

11.2. O valor das medições será obtido mediante aplicação dos preços unitários constantes da Planilha Proposta, integrante do CONTRATO, às quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

11.3. As quantidades efetivamente executadas serão medidas conforme critério de medição estabelecido no presente documento, para cada um dos serviços previstos em CONTRATO.

11.4. Somente serão medidos e pagos os serviços executados de acordo com as especificações técnicas contratuais que façam parte do CONTRATO.

11.5. Todas as medições serão realizadas mensalmente, considerando-se os serviços executados no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, exceto a primeira, que será realizada a partir da assinatura da Ordem de Início e a final, que será realizada quando do encerramento do CONTRATO.

11.6. As medições deverão ser realizadas pela CONTRATADA e conferidas e aprovadas pela CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao período de abrangência da medição considerada. Se durante o período de realização da medição forem necessárias providências complementares, por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que aquelas forem cumpridas.

11.6.1 Após o envio da medição, estabelecido no item anterior, a CONTRATANTE deverá realizar o ATESTO, no prazo máximo de 03 (três) dias.

11.7. A CONTRATADA enviará mensalmente à CONTRATANTE, requerimento em modelo apropriado, onde constem os quantitativos dos serviços efetivamente realizados e devidamente atestados pelo mesmo, para fins de pagamento.

11.8. Depois de verificada a medição e todas as providências necessárias, a CONTRATANTE providenciará o envio para o devido pagamento.

11.9. Caberá à CONTRATANTE, ao seu critério, determinar o formulário padrão das medições resultantes da execução dos serviços objeto do CONTRATO.

12. PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS:

12.1. Os serviços serão executados conforme frequência, horários e itinerários definidos no planejamento da CONTRATANTE para a operação inicial dos serviços no Município.

12.2. A CONTRATANTE, a seu critério e mediante prévia e formal comunicação a CONTRATADA, poderá exigir a ampliação, redução ou alteração dos trechos beneficiados por esses serviços nas áreas CONTRATADAS, bem como determinar quantitativos e horários previstos.

12.2.1. Qualquer fator que impeça o cumprimento dos serviços, seja horários estipulados, quantitativos operacionais, deverá ser comunicado a CONTRATANTE, para análise e adoção de eventuais providências.

12.2.2. Ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA a execução dos roteiros de coleta dos resíduos provenientes dos serviços deste objeto, previamente definidos, observando-se os prazos máximos para o recolhimento dos resíduos.

12.3. Deverá a CONTRATADA, manter a reserva técnica de veículos, mão de obra e equipamentos suficiente para atender com qualidade os serviços do contrato.

13. FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

13.1. A fiscalização do cumprimento do CONTRATO caberá à CONTRATANTE, que exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

13.2. As ordens de serviços e toda a correspondência referente ao CONTRATO, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício. Na hipótese de a CONTRATADA se negar a assinar o recebimento do ofício no competente livro de controle, o mesmo será enviado pelo correio, registrado, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

13.3. A CONTRATADA obriga-se a permitir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quando forem solicitados, todos os dados e elementos referentes aos serviços.

14. PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO:

14.1. A CONTRATADA deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciárias, bem como as que dizem respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do CONTRATO, nos termos do § 1º, do Artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93, com alterações subsequentes.

14.2. A CONTRATADA deverá treinar seus empregados e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

14.3. O Equipamento de Proteção Individual fornecido ao empregado deverá obrigatoriamente conter a identificação da empresa CONTRATADA.

14.4. A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214 de 08/06/78, NRs nºs. 01 a 28 e em especial as NRs de nº 04, 05, 06, 10 e 18.

14.5. A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.

14.6. A CONTRATADA deverá possuir profissionais qualificados e instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho, e que apresentem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas. Portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos, previstos os sistemas de proteção individual e coletiva e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.

14.7. Durante a execução dos serviços contratados, a empresa CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar ao Gestor do Contrato, o qual encaminhará ao Setor de Segurança do Trabalho da Prefeitura Municipal, fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Em caso de acidente de trabalho, a empresa CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a ocorrência, cópia da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA; e
- b) No caso de acidente grave ou fatal, a empresa CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência ao Gestor do Contrato e ao Setor de Segurança do Trabalho.

15. QUANTITATIVOS DOS SERVIÇOS:

15.1 Os quantitativos-base de serviços a serem adotados pelo contrato e suas unidades de medidas, foram referenciadas através de relatório técnico elaborado pela equipe técnica da Prefeitura destinada para este fim, onde foram levantados os quantitativos médios a serem utilizados.

Planilha de quantidades:

Grupo Único – Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Arapiraca

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE MENSAL	PRAZO CONTRATUAL	QUANTIDADE TOTAL
01	Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares	Ton/Mês	6.300,00	12 meses	75.600,00
02	Coleta mecanizada e transporte de resíduos inertes	Ton/Mês	4.405,00	12 meses	52.860,00
03	Coleta manual e transporte de resíduos sólidos inertes	Ton/Mês	600	12 meses	7.200,00
04	Varrição manual de vias e logradouros públicos	Km/Mês	1.500	12 meses	18.000,00
05	Equipe padrão para serviços diversos	Equipe/Mês	6	12 meses	72
06	Poda, coleta e transporte de resíduos de poda	Equipe/Mês	1	12 meses	12

16. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

16.1. O Critério de julgamento será o de menor preço do Grupo, considerando o valor estimado do item, sob a forma de execução indireta, no regime de execução de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

17. JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO POR LOTE

17.1. A escolha dos serviços a serem contratados em um único Lote levou em consideração os tipos de serviços, os quais guardam correlação entre si, considerando que os itens agrupados em Lote é mais satisfatório do ponto de vista da eficiência técnica, com o maior nível de controle pela Administração na execução dos serviços, maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução dos serviços e concentração da garantia dos resultados.

17.2. Além disso, não se contraria a norma o agrupamento em lotes, desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si. Ademais o TCU recomenda que “o aumento da eficiência administrativa do setor público passa pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento”. Confirmando dessa forma o zelo que devemos ter durante a execução contratual.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 18.1. É obrigação da CONTRATADA, recrutar e fornecer a mão de obra, direta, para execução dos serviços, inclusive, fiscais e pessoal de apoio administrativo, assumindo também as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas, ou correlatas em vigor no país, eximindo a contratante de quaisquer ônus.
- 18.2. A CONTRATADA, deverá disponibilizar 3 (três) veículos de pequeno porte a disposição da fiscalização.
- 18.3. Transporte das equipes de varrição, serviços diversos, por meio de veículos em bons estados e em observância ao Código de Trânsito Brasileiro.
- 18.4. A CONTRATADA, deverá cumprir com todas as normas de segurança, principalmente em áreas com grandes corredores de trânsito, viadutos, ou qualquer outra que expresse risco aos seus funcionários,
- 18.5. A CONTRATADA, deverá cumprir com as normas legais regulamentares e administrativas, aplicáveis à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo os EPI's necessários ao bom desenvolvimento das atividades, inclusive com o pagamento de periculosidade, quando houver.
- 18.6. A Contratada obriga-se a manter, no mínimo, 01 (um) engenheiro diretamente vinculado ao objeto do Contrato, devidamente registrado ao CREA.
- 18.7. Obriga-se a Contratada a providenciar, por sua conta e responsabilidade, até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do instrumento contratual, anotação da responsabilidade técnica – ART/CREA.
- 18.8. Obedecer as características dos serviços que serão prestados, em consonância com o item 13 e demais disposições constantes no Termo de Referência.
- 18.9. Assumir todos os ônus referentes à prestação de serviços que compõem o objeto deste Termo de Referência.
- 18.10. Emitir mensalmente Nota Fiscal dos serviços prestados.
- 18.11. Não subcontratar no todo, nem em parte, o objeto deste Termo de Referência.
- 18.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.
- 18.13. Responder pelos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais, resultantes da contratação do objeto do Termo de Referência.
- 18.14. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.
- 18.15. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo(a) Gestor(a) e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

18.16. Manter permanente entendimento com o(a) gestor(a), objetivando evitar interrupções na prestação dos serviços.

18.17. Prestar os serviços em observância as previsões da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

18.18. Assinar o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da notificação por parte da Administração.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

19.1. Realizar rigorosamente conferência dos serviços prestados, através do gestor desse contrato.

19.2. Disponibilizar fiscais no local dos serviços, inclusive na balança de pesagem da destinação final dos resíduos.

19.3. Emitir as Ordens de Serviços em tempo hábil para planejamento e execução dos serviços.

19.4. Emitir empenho e efetuar os pagamentos no valor, e prazo ajustados no contrato.

19.5. Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

19.6. Acompanhar e fiscalizar o correto e integral cumprimento através do(a) Gestor(a) do Contrato resultante deste Termo de Referência.

19.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA.

19.8. Notificar a CONTRATADA, sobre incompatibilidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

19.9. Manter a CONTRATADA informada de quaisquer atos da Administração Pública que venham a interferir direta ou indiretamente nos serviços contratados.

20. DO PAGAMENTO

20.1. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, de acordo com a medição devidamente atestada pelo gestor do contrato no prazo de até 30 dias a partir da emissão da nota fiscal, munidos das certidões abaixo:

- 1 Certidão Negativa de Débitos – CND Tributos Federais;
- 2 Certidão Negativa de Débitos – CND Tributos Estaduais;
- 3 Certidão Negativa de Débitos – CND Tributos Municipais;
- 4 Certidão Negativa de Débitos – CND Relativa ao FGTS;
- 5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT.

21. DA VIGÊNCIA

21.1. O contrato resultante deste Termo de Referência terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei N°

8666/1993, observados os seguintes requisitos:

21.1.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

21.1.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

21.1.3. Seja comprovado a necessidade de continuidade do contrato;

21.1.4. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

21.1.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação, ressalvado o reajuste anual previsto em contrato.

22. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS:

As despesas decorrentes da contratação correrão à conta do Programa de Trabalho 12.12.15.452.3110.2102 – MANTER OS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.10 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

23. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

JUSTIFICATIVA DOS ÍNDICES CONTÁBEIS PARA A AFERIÇÃO DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, XXI, expressamente dispõe que o processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta forma, a Lei de Licitações, ao tratar do assunto, versou em seu artigo 31, § 5º que:

“5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação”

Da leitura do dispositivo supra, depreende-se, preliminarmente, quatro características a respeito da forma de se apurar a qualificação econômico-financeira do licitante:

1. a boa situação financeira deverá ser comprovada de forma objetiva, ou seja, concreta, exata;
2. os índices contábeis deverão estar expressos no ato convocatório;
3. o índice escolhido deverá estar justificado no processo licitatório; e
4. será vedada a utilização de índices não adotados usualmente.

Realizamos pesquisa na legislação específica e em órgãos que promovem procedimentos licitatórios e opinamos pela utilização dos seguintes índices contábeis:



COORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES

Liquidez Corrente:

LC = Ativo Circulante
Passivo Circulante

cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,50

O resultado ">" (maior ou igual) a 1,50, demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo, de forma que não será aceitável resultado menor do que 1,50, pois demonstra que a empresa não possui recurso financeiro para honrar suas obrigação de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade das atividades da empresa.

Liquidez Geral:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,50

O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento da empresa a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo, sendo vedado o aceite de índice menor do que 1,50, que demonstra que a empresa não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade das empresas.

Solvência Geral:

ISG = ATIVO TOTAL
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

cujo resultado deverá ser ">" (maior ou igual) a 1,50

O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Para os três índices (ILG, ILC e ISG), o resultado ">" (maior ou igual) a 1,50 é indispensáveis à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado (1,20; 1,30; 1,50; etc.), melhor será a condição da empresa.

Diante de todo o exposto, justificamos que escolhemos esses índices, por retratarem a situação financeira equilibrada, que aumentam consideravelmente o universo de competidores:

- ILC: maior ou igual a 1,50;
- ILG: maior ou igual a 1,50;
- ISG: maior ou igual a 1,50.

Ante o exposto, essa exigência deve constar do Edital para demonstrar a situação EQUILIBRADA das licitantes, traduzindo os critérios objetivos do disposto no art. 37, XXI, da Constituição Federal, uma vez que a contratação de empresa em situação EQUILIBRADA é o mínimo que esta Administração Pública deve cercar-se para assegurar o integral cumprimento do contrato afastando assim, os licitantes com uma situação DEFICITÁRIA, uma vez que estes colocam em

risco a execução do contrato. Ademais, os índices escolhidos foram democráticos, na medida em que estabelecem um “mínimo” de segurança na contratação.

Nesse sentido, justificamos que os índices estabelecidos acima, atendem ao disposto no art. 31, § 5º, da Lei 8.666/93, pois permitem a comprovação da situação financeira da empresa de forma objetiva, foram estabelecidos em valores extremamente razoáveis e usualmente adotados para avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimo aceitáveis.

24. SANÇÕES:

Pela inexecução total ou parcial da contratação resultante deste TR, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida.

24.1 Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidade no contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do **Contratante**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

24.2 Multas:

a) de **0,03 % (três centésimos por cento)**, por dia de atraso sobre o valor total dos serviços prestados com atraso, quando a adjudicatária, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e **decorridos 30 (trinta) dias corridos** de atraso, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual;

b) em razão da inexecução total do contrato, à Administração poderá aplicar multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, essa hipótese é caracterizada, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias corridos, hipótese em que será rescindido o instrumento contratual;

24.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

24.4. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria entidade que aplicar a penalidade;

24.5. As sanções previstas nos subitens 24.1, 24.3 e 24.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 24.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

25. GESTOR

O GESTOR do contrato resultante deste Termo de Referência será o servidor Edney Gomes Carneiro, CPF: 758.104.684-20. No entanto, em caso de força maior, o referido Gestor poderá ser substituído por outro servidor nomeado através de Portaria lavrada pelo (a) titular da pasta, cujas atribuições estão a seguir relacionadas:

- 25.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato quanto à quantidade de resíduos sólidos tratados, receber e avaliar os relatórios apresentados pela contratada;
- 25.2. Solicitar à Administração a aplicação de penalidade por descumprimento de cláusula contratual;
- 25.3. Comunicar à CONTRATADA a aplicação de penalidades por descumprimento de Cláusula contratual;
- 25.4. Formular solicitação de pagamento, elaborar recibo, atestando-o e emitir parecer de aceitação e aprovação dos serviços efetivamente executados;
- 25.5. Fornecer atestado de capacidade técnica, em conjunto com a Titular da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, quando solicitado pelo interessado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

26. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

26.1. O adjudicatário, quando da celebração de Termo de Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do respectivo Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 2% do valor do contrato, a qual será liberada conforme o disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

26.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

26.2.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

26.2.2. Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

26.2.3. As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;

26.2.4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;

26.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima.

26.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

26.5. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

26.6. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

26.7. A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

26.7.1. Caso fortuito ou força maior;

26.7.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

26.7.3. Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;

26.7.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

26.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as



previstas neste item.

26.9. Será considerada extinta a garantia:

26.9.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

26.9.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

Arapiraca, 11 de Agosto de 2021

Edney Gomes Carneiro

Superintendente de Gestão

Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SMSP

Maria Caroline Souza Valeriano

Secretária Municipal

Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SMSP



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Cidade/

Estado:

Telefone:

E-mail:

Para fins de Pagamento:

Banco:

Agência:

C/Correte:

Prazo de validade desta proposta: 90 (noventa) dias.

Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas ou encargos de qualquer natureza resultante da execução do objeto licitado, considerando os itens entregues/executados no Local indicado neste Edital.

Declaramos ainda que concordamos com todos os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º -----/2021 e seus anexos, realizado pela Prefeitura Municipal de Arapiraca/AL.

Grupo Único-Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Arapiraca

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QTD MENSAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL	PRAZO CONTRA TUAL	PREÇO TOTAL
01	Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares	Ton/Mês	6.300,00			12 MESES	
02	Coleta mecanizada e transporte de resíduos inertes	Ton/Mês	4.405,00			12 MESES	
03	Coleta manual e transporte de resíduos sólidos inertes	Ton/Mês	600			12 MESES	
04	Varrição manual de vias e logradouros públicos	Km/Mês	1.500			12 MESES	
05	Equipe padrão para serviços diversos	Equipe/Mês	6			12 MESES	
06	Poda, coleta e transporte de resíduos de poda	Equipe/Mês	1			12 MESES	

Preço Total do Grupo: _____

Local, de..... de 20.....

..... (Representante Legal da Empresa)

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº -----/-----

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE ARAPIRACA E A EMPRESA
-----, REFERENTE À
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA -----**

Pelo presente instrumento de contrato de um lado o **MUNICÍPIO DE ARAPIRACA/AL**, inscrito no CNPJ sob nº 12.198.693/0001-58, com sede na Rua Samaritana, nº 1.185, Bairro Santa Edwiges – Arapiraca/AL, CEP: 57.311-180, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. **JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**, brasileiro, portador do CPF nº 296.681.744-53 e RG nº 299387 SEDS/AL, com o supracitado endereço profissional, doravante denominado CONTRATANTE, com a interveniência da **SECRETARIA -----**, neste ato representado por -----, brasileira(o), casado(a), portador do CPF nº ----- e do RG nº -----, e do outro lado a empresa -----, inscrita no CNPJ/MF sob nº -----, sediada na -----, E-mail: -----, Telefone: -----, representada por seu gerente, Sr. -----, inscrito no CPF nº ----- e RG nº -----, residente e domiciliado -----, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por contrato social, doravante denominada CONTRATADA, tem como justos, pactuados e contratados este ajuste, nos termos da Lei Federal 10.520/02, Lei Complementar 123/06 (alterada pela Lei Complementar 147/2014) e Decreto Municipal nº 2.693, de 20 de janeiro de 2021, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, a Lei 8.666/93, com suas alterações, conforme licitação por Pregão Eletrônico nº 031/2021, Homologado em -----/-----/-----, decorrente do Processo nº **1999/2021** e mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada nos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Município de Arapiraca, atendendo as especificações e demais elementos técnicos.

1.2. A discriminação do(s) item(ns) é mostrada logo abaixo:

Grupo Único-Serviços de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos no Município de Arapiraca

ITEM	SERVIÇOS	UNIDADE	QTD MENSAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO MENSAL	PRAZO CONTRA TUAL	PREÇO TOTAL
01	Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares	Ton/Mês	6.300,00			12 MESES	
02	Coleta mecanizada e transporte de resíduos inertes	Ton/Mês	4.405,00			12 MESES	
03	Coleta manual e transporte de resíduos	Ton/Mês	600			12 MESES	



	sólidos inertes						
04	Varrição manual de vias e logradouros públicos	Km/Mês	1.500			12 MESES	
05	Equipe padrão para serviços diversos	Equipe/Mês	6			12 MESES	
06	Poda, coleta e transporte de resíduos de poda	Equipe/Mês	1			12 MESES	

Preço Total do Grupo: _____

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 2.1. Realizar rigorosamente conferência dos serviços prestados, através do gestor desse contrato.
- 2.2. Disponibilizar fiscais no local dos serviços, inclusive na balança de pesagem da destinação final dos resíduos.
- 2.3. Emitir as Ordens de Serviços em tempo hábil para planejamento e execução dos serviços.
- 2.4. Emitir empenho e efetuar os pagamentos no valor e prazo ajustados no contrato.
- 2.5. Prestar esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.
- 2.6. Acompanhar e fiscalizar o correto e integral cumprimento através do(a) Gestor(a) do Contrato.
- 2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos funcionários da CONTRATADA.
- 2.8. Notificar a CONTRATADA, sobre incompatibilidades constatadas na prestação dos serviços, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.
- 2.9. Manter a CONTRATADA informada de quaisquer atos da Administração Pública que venham a interferir direta ou indiretamente nos serviços contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1. É obrigação da CONTRATADA, recrutar e fornecer a mão de obra, direta, para execução dos serviços, inclusive, fiscais e pessoal de apoio administrativo, assumindo também as obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas, ou correlatas em vigor no país, eximindo a contratante de quaisquer ônus.
- 3.2. A CONTRATADA, deverá disponibilizar 3 (três) veículos de pequeno porte a disposição da fiscalização.
- 3.3. Transporte das equipes de varrição, serviços diversos, por meio de veículos em bons estados e em observância ao Código de Trânsito Brasileiro.
- 3.4. A CONTRATADA, deverá cumprir com todas as normas de segurança, principalmente em áreas com grandes corredores de trânsito, viadutos, ou qualquer outra que expresse risco aos seus funcionários,
- 3.5. A CONTRATADA, deverá cumprir com as normas legais regulamentares e administrativas, aplicáveis à segurança, higiene e medicina do trabalho, fornecendo os EPI's necessários ao bom desenvolvimento das atividades, inclusive com o pagamento de periculosidade, quando houver.
- 3.6. A Contratada obriga-se a manter, no mínimo, 01 (um) engenheiro diretamente vinculado ao objeto do Contrato, devidamente registrado ao CREA.

- 3.7.** Obriga-se a Contratada a providenciar, por sua conta e responsabilidade, até 30 (trinta) dias consecutivos após a assinatura do instrumento contratual, anotação da responsabilidade técnica – ART/CREA.
- 3.8.** Obedecer as características dos serviços que serão prestados, em consonância com o item 18 e demais disposições constantes neste instrumento.
- 3.9.** Assumir todos os ônus referentes à prestação de serviços que compõem o objeto deste instrumento.
- 3.10.** Emitir mensalmente Nota Fiscal dos serviços prestados.
- 3.11.** Não subcontratar no todo, nem em parte, o objeto deste Contrato.
- 3.12.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.
- 3.13.** Responder pelos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais, resultantes deste Contrato.
- 3.14.** Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na prestação dos serviços.
- 3.15.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo(a) Gestor(a) e cujas reclamações se obriga a atender prontamente.
- 3.16.** Manter permanente entendimento com o(a) gestor(a), objetivando evitar interrupções na prestação dos serviços.
- 3.17.** Prestar os serviços em observância as previsões da Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 3.18.** Assinar o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da notificação por parte da Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DOS ASPECTOS AMBIENTAIS:

- 4.1.** Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA é obrigada a observar rigorosamente a legislação ambiental federal, estadual e municipal pertinentes.
- 4.2.** Os resíduos coletados são transportados pela CONTRATADA em veículos adequados. Nos casos em que for admitido o uso de caminhão basculante, é obrigatória a cobertura dos resíduos durante todo o percurso, mediante o uso de lona, encerado ou similar, fechando a carroceria.
- 4.3.** No caso de remoção de galhos, folhas ou outros resíduos vegetais, é vedada a sua redução por meio de queima.
- 4.4.** A CONTRATADA responderá administrativa, civil e penalmente pelos danos que eventualmente causar ao meio ambiente, aos bens públicos ou de particulares.

CLÁUSULA QUINTA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. COLETA E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES

- 5.1.1.** O resíduo a ser coletado é o produzido nos imóveis públicos e privados, residenciais, e se constitui, geralmente, de: restos de alimentos, papel, papelão, plástico, vidro, metal, pano, madeira, folhagem, resíduos resultantes de varrição e outros meios de higienização de bens móveis e imóveis.
- 5.1.2.** O seu acondicionamento é feito em sacos plásticos ou em recipientes de plástico ou borracha, ou ainda em lixeiras ou contêineres, no caso de imóveis multifamiliares ou

estabelecimentos com volume de até 100 litros/dia, devem ser colocados na frente do imóvel, momentos antes da passagem do veículo coletor. Este, por sua vez, sempre que estiver com a capacidade plenamente utilizada, dirigir-se-á ao local de destino final.

5.1.2.1. Em caso de danificação ou rompimento acidental dos sacos plásticos, os agentes de limpeza são obrigados ao recolhimento integral dos resíduos neles acondicionados, utilizando as ferramentas e utensílios auxiliares de coleta.

5.1.2.2. Resíduos sólidos resultantes de poda de jardins e pomares, também, coletados, desde que devidamente acondicionados.

5.1.2.3. No prédio onde houver local específico para disposição do lixo até a coleta, caberá à CONTRATADA realizar o recolhimento de dentro da lixeira.

5.1.3. É obrigação da CONTRATADA divulgar, às suas expensas, regular e sistematicamente, de iniciativa própria ou sempre que determinado pela CONTRATANTE, por meio de impressos e meios de comunicação como carro de som, rádio e televisão, à população usuária dos serviços as rotas, dias e horários de coleta, objetivando maior eficiência dos serviços.

5.1.4. A frequência da coleta, obedecidas as exigências mínimas constantes deste Contrato será indicada pela CONTRATANTE, será realizada de modo a impedir a ocorrência de odores e a atração de vetores.

5.1.4.1. O serviço público de coleta domiciliar poderá ser executado apenas duas vezes por semana em áreas com características de difícil acesso, como bairros não pavimentados ou bairros localizados na zona rural, mediante a aprovação expressa e prévia do órgão municipal responsável pela Fiscalização dos serviços objeto do contrato.

5.1.5. A realização da coleta domiciliar, em cada região, bairro e logradouro, será diurna ou noturna, levando-se em consideração as suas peculiaridades quanto aos horários de maior ou menor fluxo de pessoas e veículos nas vias públicas, funcionamento de comércio, indústria, bancos, escolas, unidades de saúde, igrejas, casas de diversão, eventos públicos e atividades comunitárias, acesso viário e iluminação pública, dentre outras, de modo a se assegurar o mínimo transtorno e a máxima segurança possível à população usuária bem como a eficiência e a efetividade do serviço.

5.1.6. A coleta domiciliar deverá ser operada com programação de coleta por setor nos turnos diurno ou noturno, conforme planejamento proposto pela CONTRATADA através de ordem de serviço específica com prazo determinado.

5.1.6.1. O início desta atividade se dará após emissão de ordem de serviço específica contendo local e atividade emitida pela CONTRATANTE.

5.1.6.2. Fica expressamente vedada a permanência de resíduos de um dia para outro no interior do equipamento coletor, salvo por motivo de pane ou outro incidente ocorrido com o veículo, o que deverá ser imediatamente comunicado à FISCALIZAÇÃO.

5.1.7. A frequência da coleta domiciliar é diária ou em dias alternados, podendo ser executada no período diurno ou noturno e com frequência par (2ª, 4ª e 6ª) ou ímpar (3ª, 5ª e sábado), conforme informado pela CONTRATADA.

5.1.7.1. A coleta domiciliar é feita independentemente de feriados, dias santos e condições meteorológicas.

5.1.7.2. Eventos de grande porte, tais como festejos religiosos, carnavalescos, folclóricos, estudantis, político-eleitorais ou de qualquer outra natureza não constituem motivo para a não realização da coleta domiciliar ou a sua realização de forma diferente. A limpeza dos logradouros, ruas e avenidas, durante ou logo após esses eventos, é feita sem prejuízo das atividades rotineiras da coleta domiciliar.



5.1.7.3. A CONTRATADA efetuará o recolhimento dos resíduos colocados indevidamente nas vias públicas, mesmo quando não acondicionados ou acondicionados inadequadamente. Nesse caso, cabe à CONTRATADA identificar o usuário dos serviços e orientá-lo quanto ao necessário acondicionamento dos resíduos. Após comprovar perante a CONTRATANTE que prestou a devida orientação ao usuário e havendo reincidência em, no mínimo 3 (três) vezes consecutivas, a CONTRATADA dará conhecimento à fiscalização para adoção das providências cabíveis.

5.1.8. O equipamento utilizado nessa operação será o caminhão coletor compactador, que permita um grau de compactação médio da ordem de 3:1, equipado com sistema hidráulico para basculante traseiro de contêineres e ferramentas e utensílios utilizados no serviço.

5.1.8.1. A constituição de cada guarnição de coleta dos resíduos domiciliares será composta pelos seguintes componentes:

- a) 01 (um) caminhão compactador de 15 m³;
- b) 01 (um) motorista;
- c) 03 (três) coletores;
- d) 01 (um) fiscal por turno.

5.1.8.2. A mão de obra terá um acréscimo de 10% no seu dimensionamento.

5.1.8.3. Dimensiona-se o quantitativo mínimo de equipamentos que serão exigidos no serviço: 1 picafe para fiscalização, 1 caminhão poliguindaste, 40 caçambas estacionárias de 5m³, 8 guarnições no período diurno e 6 guarnições no período noturno, além da reserva técnica fornecida pela CONTRATADA, devendo atender o quantitativo demandado no mês.

5.1.9. Onde houver baixa densidade demográfica, admite-se a utilização de caminhão basculante com capacidade de até 12m³.

5.1.10. Nos logradouros e ruas estreitas ou com algum tipo de limitação para manobras poderá ser usado na coleta um veículo leve com capacidade de carga menor, mediante prévia e escrita anuência da CONTRATANTE.

5.1.11. Todos os veículos, containers e lixeiras são, obrigatoriamente, às expensas da CONTRATADA, identificados com a logomarca da CONTRATANTE.

5.1.12. Ao motorista e aos agentes de limpeza integrantes de cada equipe de coleta domiciliar é obrigatório o uso de uniforme padronizado, identificado com a logomarca da CONTRATANTE, composto de calça, camisa, boné e calçado. Os agentes de limpeza usarão, ainda, luvas, colete refletivo e capa para chuva, quando necessário.

5.1.13. A cada viagem ao aterro sanitário, os caminhões compactadores deverão ser pesados carregados e após a sua descarga, antes de retornarem ao setor ou serem recolhidos, mesmo em caso de quebra, deverão ser apurados os seus pesos líquidos.

5.1.13.1. Deverá ser apresentada para cada pesagem um "ticket" em 03 (três) vias, contendo: a placa do veículo, a data, o horário da pesagem carregado, o peso bruto, o horário da pesagem vazio, o peso vazio (tara) e o peso líquido (peso bruto menos a tara) e a assinatura do Fiscal responsável por parte do MUNICÍPIO. A primeira via deverá ficar com MUNICÍPIO e as demais vias com a CONTRATADA.

5.1.14. Havendo aumento dos resíduos a recolher em consequência de acréscimo da população e do número de estabelecimentos comerciais, institucionais, prestadores de serviços ou por outra ocorrência não prevista, poderá a CONTRATANTE, solicitar a CONTRATADA que aumente o número de viagens, o número de veículos coletores, ou de pessoal necessário para a execução dos serviços.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: tonelada de resíduo coletado e pesado em balança.

5.2. COLETA MECANIZADA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS INERTES

5.2.1. O resíduo a ser coletado é o descartado indiscriminadamente pela população nas vias e logradouros públicos e se constitui, geralmente, de: entulhos, resíduos volumosos, resíduos domésticos, restos de poda, entre outros.

5.2.2. O início desta atividade se dará após emissão de ordem de serviço específica contendo local e atividade emitida pela CONTRATANTE.

5.2.3. A realização da coleta de resíduos urbanos, em cada região, bairro e logradouro, será diurna ou noturna, levando-se em consideração as suas peculiaridades quanto aos horários de maior ou menor fluxo de pessoas e veículos nas vias públicas, funcionamento de comércio, indústria, bancos, escolas, unidades de saúde, igrejas, casas de diversão, eventos públicos e atividades comunitárias, acesso viário e iluminação pública, dentre outras, de modo a se assegurar o mínimo transtorno e a máxima segurança possível à população usuária bem como a eficiência e a efetividade do serviço.

5.2.4. A coleta de resíduos urbanos se inicia às 8:00h, podendo ter sua programação prevista nos turnos diurno e noturno.

5.2.5. O equipamento utilizado nessa operação será o caminhão basculante e pá carregadeiras e ferramentas e utensílios utilizados no serviço.

5.2.6. A constituição mínima de cada guarnição de coleta mecanizada dos resíduos urbanos será composta pelos seguintes componentes:

- a) 01 (uma) pá carregadeira
- b) 06 (seis) caminhões basculantes de 12 m³;
- c) 01 (um) operador;
- d) 06 (seis) motoristas;
- e) 06 (seis) agentes de limpeza.

5.2.7. A mão de obra terá um acréscimo de 10% no seu dimensionamento.

5.2.8. A CONTRATADA deverá fornecer reserva técnica para os equipamentos.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: toneladas de resíduos coletados e pesado em balança.

5.3. COLETA MANUAL E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS INERTES

5.3.1. São considerados resíduos sólidos diversificados, resíduos de capinação, de limpeza de bueiros/galerias, resto de construção civil e outros, além dos lançados indiscriminadamente nas vias e ou em áreas públicas por pessoas não identificadas que por sua caracterização e volume venha a ocasionar danos ao meio ambiente e a proliferação de vetores.

5.3.2. A execução da coleta é realizada manualmente em virtude dos pequenos volumes, pelos agentes de limpeza da CONTRATADA.

5.3.3. Os veículos deverão ser enlonados durante o transporte dos resíduos para destinação final.

5.3.4. A constituição mínima de cada guarnição de coleta manual dos resíduos urbanos será composta pelos seguintes componentes:

- a) 02 (dois) caminhões basculantes de 12 m³;
- b) 02 (dois) motorista; e
- c) 04 (quatro) agentes de limpeza.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: tonelada de resíduo coletado e pesado em balança.

5.4 VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

5.4.1. Entende-se por varrição o conjunto das atividades necessárias para varrer, juntar, acondicionar e remover manualmente quaisquer resíduos sólidos lançados ou acumulados, naturalmente ou pela ação humana, em todas as vias pavimentadas e logradouros públicos, abrangendo sarjetas, passeios, canteiros centrais ajardinados ou não, esvaziamento de cestos coletores e acondicionamento dos resíduos.

5.4.2. Nas vias públicas a varrição deve abranger os passeios e, no mínimo, uma faixa com a largura nominal de 1.0 m ao longo das sarjetas, largura esta a ser contada a partir da face vertical do meio fio ou guias, quer limitadoras dos referidos passeios, quer de eventuais canteiros centrais de avenida.

5.4.3. Estas atividades são realizadas pelos agentes de limpeza com o uso de equipamentos e ferramentas manuais, tais como carro sobre rodas (tipo lutocar), vassoura e pá com cabo longo, além de sacos plásticos com capacidade de 100 litros, e inclui a retirada de terra e areia, em pequena quantidade, que se encontre sobre os passeios (calçadas), canteiros centrais de ruas e avenidas, praças, parques, quadras de esportes e, ainda, sobre o leito das vias públicas.

5.4.4. Os carros de mão (tipo lutocar) são, às expensas da CONTRATADA, adesivados com a logomarca da CONTRATANTE.

5.4.5. Não poderão ser deslocadas as equipes de varrição para realização de outros serviços, salvo em situações absolutamente indispensáveis, em casos emergenciais, devidamente justificados, mediante prévia e escrita determinação da CONTRATANTE.

5.4.6. Inclui-se neste serviço a coleta dos resíduos dispostos pela comunidade nas lixeiras de pequeno porte, existentes nos trajetos e logradouros onde se realiza a varrição.

5.4.7. O lixo varrido, assim como o retirado das lixeiras de pequeno porte, será acondicionado em saco plástico com capacidade para 100 litros, que atenda às especificações da ABNT – NBR 13056, NBR 9090, NBR 9091, NBR 9195, NBR 13055, na cor preta, e, quando cheio, é amarrado pela boca e colocado, no mesmo dia, em horário adequado, em ponto de passagem do caminhão coletor.

5.4.8. O início desta atividade se dará após emissão de ordem de serviço específica contendo local e atividade emitida pela CONTRATANTE.

5.4.9. A varrição, quando diária é realizada, de segunda a sábados, durante o dia, em horário estabelecido, conforme as necessidades de cada localidade, ou, excepcionalmente, à noite, se assim for determinado pela CONTRATANTE.

5.4.10. A CONTRATADA é obrigada a realizar varrições especiais, de acordo com programação prévia a ser fornecida pela CONTRATANTE, nos locais de realização de feiras bem como eventos cívicos, políticos, comunitários, turísticos, religiosos, esportivos, culturais e artísticos.

5.4.11. Os agentes de limpeza são devidamente uniformizados com calça, camisa, colete refletivo, boné, calçado, capa para chuva e equipamentos de proteção individual – EPI's.

5.4.12. Serão disponibilizados 25 agentes de Limpeza, 1 fiscal, 1 moto e 2 micro-ônibus.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: km de sarjetas.



5.5. EQUIPE PADRÃO PARA SERVIÇOS DIVERSOS

5.5.1. Entende-se por serviços complementares a execução de atividades de apoio aos serviços de limpeza pública, tais como, capina manual em áreas pavimentadas e não pavimentadas, a remoção de barro com a raspagem e a pintura e limpeza de postes e meio fio, que serão executados por ordem de serviço específica emitida pela CONTRATANTE.

5.5.1.1. Incluem-se nestes serviços a raspagem seguida de varrição de sarjetas para retirada de resíduos sólidos terra e areia.

5.5.1.2. A pintura de meios fios deverá ser executada pintando-se com cal de cor branca a parte superior da guia e o espelho da mesma até a sarjeta. Este serviço somente é feito não havendo vegetação, terra ou areia na área a ser pintada, sendo precedido, portanto, das intervenções de capina e raspagem.

5.5.1.3. Estes serviços são executados permanentemente, em dias úteis e, ainda, em situações eventuais determinadas pela CONTRATANTE, no período diurno, entre as 8:00h e as 16:20h, por equipes de agentes de limpeza.

5.5.1.4. O equipamento utilizado é a roçadeira costal, acionada por motor movido a combustível líquido, além das ferramentas habituais (pá, chibanca, enxada, vassoura, etc.), que permitam a capinação manual onde houver dificuldade para a operação do equipamento bem como a raspagem seguida de varrição.

5.5.1.5. Os fiscais terão como uniforme, calça, camisa, boné e calçado, os agentes terão como uniforme, calça, camisa, boné e calçado, usarão, ainda, luvas, bonés, colete refletivo e, quando necessário, capa para chuva.

5.5.2. Os resíduos resultantes dos serviços referidos neste item são transportados imediatamente após a conclusão de cada jornada diária até o local de destino final, pelas guarnições da coleta de resíduos urbanos.

5.5.3. Cada equipe estimada para execução dos serviços é composta pelos seguintes componentes:

- a) 10 (dez) agentes de serviços;
- b) 01 (um) fiscal de turma.

5.5.4. Serão disponibilizadas 6 (seis) equipes e uma retroescavadeira.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: Equipe/mês.

5.6. PODA, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE PodaÇÃO

5.6.1. Este serviço consiste em equipe para atuar principalmente nos serviços de podas de árvores e ou em supressão arbórea, que serão executados por ordem de serviço específica emitida pela CONTRATANTE.

5.6.2. Os resíduos resultantes dos serviços referidos neste item são transportados imediatamente após a conclusão de cada jornada diária até o local de destino final.

5.6.3. Estes serviços são executados permanentemente, em dias úteis, e, ainda, em situações eventuais determinadas pela CONTRATANTE, no período diurno, entre as 8:00h e as 16:20h.

5.6.4. Os funcionários deverão ser orientados e treinados se apresentando aos serviços sempre uniformizados e munidos de todo o EPI e EPC necessários, bem como, ferramentas manuais necessárias.



5.6.5. Cada equipe estimada para execução dos serviços é composta pelos seguintes componentes:

- a) 01 (um) caminhão carroceria, ou caçamba basculante de 10 m³;
- b) 01 (um) motorista;
- c) 06 (seis) agentes de limpeza;
- d) 01 (um) fiscal de turma.

5.6.6. A mão de obra terá um acréscimo de 10% no seu dimensionamento.

CRITÉRIO DE MEDIÇÃO: Equipe/mês.

CLÁUSULA SEXTA – DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

6.1. O número, as marcas, os modelos, a capacidade, e outras características dos veículos e equipamentos, ficam a critério da CONTRATADA, desde que respeite as seguintes condições:

6.1.1. As caçambas deverão ser formadas de modo a evitar despejo de resíduos nas vias públicas, providas de sistema de esvaziamento e descarga automática, sem necessidade de mão-de-obra para o seu esvaziamento e serem dotadas de suporte para pá e vassouras.

6.1.2. Os veículos deverão ser equipados e adequados as necessidades de cada tipo de serviço e em condições e quantidades suficientes para a perfeita execução dos serviços, podendo ser alteradas suas condições, tipos, capacidade e quantitativos de acordo com a necessidades apuradas pela CONTRATADA e aceito pela CONTRATANTE, desde que seja para melhoria na execução dos serviços.

6.1.3. Os veículos utilizados para a coleta dos resíduos domiciliares deverão possuir equipamento para rastreamento por satélite e a CONTRATANTE deverá ter acesso *on-line* irrestrito das informações do rastreamento.

6.1.4. Perfeito funcionamento do velocímetro, hodômetro, tacógrafo, equipamento de rastreamento e equipamento de sinalização;

6.1.5. Perfeito estado de conservação da pintura; e

6.1.6. Limpeza geral.

6.1.7. A CONTRATADA deverá aplicar o Plano de Manutenção dos veículos e equipamentos utilizados nos serviços contratados, baseado em: inspeções diárias; programa de manutenção preventiva e corretiva; programa de serviços internos e externos; programa de limpeza e reforma (lavagem, desinfecção e pintura periódica); programa de controle dos itens de segurança (iluminação, pneus etc.) e programa de manutenção, limpeza e reparos dos demais equipamentos.

6.1.8. A manutenção mecânica preventiva e corretiva não poderá causar transtornos durante a execução dos serviços, bem como a manutenção da limpeza e conservação da pintura em bom estado deverão ser observadas rigorosamente.

6.1.9. As águas provenientes da lavagem de caminhões e caçambas deverão ser armazenadas e devidamente tratadas de acordo com legislação pertinente, evitando-se a contaminação do meio ambiente.

6.1.10. As alterações de veículos automotores no cadastro somente serão autorizadas pela CONTRATANTE.

6.1.11. Os padrões de pintura, adesivos e identificação dos veículos deverão seguir as normas definidas pela CONTRATANTE, podendo a CONTRATADA propor projeto a ser implantado nos veículos de coleta, alusivo a mensagens institucionais de conscientização ambiental.

6.1.12. A CONTRATANTE não se responsabilizará pela integridade de veículos ou equipamentos da CONTRATADA em caso de greve ou perturbações da ordem de qualquer espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS INSTALAÇÕES

7.1. A CONTRATADA deverá dispor, no mínimo, das seguintes instalações fixas: oficina mecânica, almoxarifado e adendos, providos de ferramentas, estoque de componentes e peças, de forma a poder garantir, com regularidade, a manutenção dos veículos.

7.2. A CONTRATADA deverá dispor de um sistema de manutenção e conservação para garantir o perfeito funcionamento de seus veículos e equipamentos, bem como adequação dos serviços de pintura, visando manter os padrões exigidos pela CONTRATANTE.

7.3. Deverá, igualmente, dispor de garagem ou pátio de estacionamento, não sendo permitida a permanência de veículos na via pública, quando fora de serviço ou aguardando o início dos trabalhos.

7.4. As instalações deverão ser dotadas de vestiário com chuveiro e sanitário e escritório para controle e planejamento, e instalado, preferencialmente, no município de ARAPIRACA.

CLÁUSULA OITAVA – DO PESSOAL

8.1. Competirá à CONTRATADA a admissão de motoristas, técnicos, varredores, agentes de limpeza, coletores, operadores de roçadeiras, encarregados e outros funcionários necessários ao desempenho dos serviços contratados, correndo por conta desta todos os encargos necessários e demais exigências das leis trabalhistas, previdenciárias, fiscais e outras de qualquer natureza.

8.2. Só deverão ser admitidos candidatos que se apresentarem com boas referências e possuírem documentação necessária e em ordem. Deverão ser atenciosos e educados no tratamento dado ao município, bem como cuidadosos com o bem público.

8.3. A fiscalização terá direito de sugerir dispensa, a qual deverá se respondida dentro de 48 (quarenta e oito) horas, de todo empregado cuja conduta seja prejudicial ao bom andamento do serviço. Se a dispensa der origem à ação judicial, o MUNICÍPIO não terá, em nenhum caso, qualquer responsabilidade.

8.4. Durante a execução dos serviços é absolutamente vedado, ao pessoal da CONTRATADA, a execução de outras tarefas que não sejam objeto destas especificações.

8.5. Será expressamente proibida a ingestão de bebidas alcoólicas, a solicitação de gratificações e donativos de qualquer espécie.

8.6. A equipe deverá apresentar-se uniformizada e asseada, com vestimenta e calçados adequados, bonés, capas protetoras e demais equipamentos de segurança, quando a situação os exigir.

8.7. Cabe à CONTRATADA apresentar, nos locais e no horário de trabalho, os operários devidamente uniformizados, providenciando equipamentos e veículos suficientes para a realização dos serviços.

8.8. Os serviços poderão ser iniciados com uniformes nos padrões habituais da CONTRATADA, devendo a empresa num prazo de até 30 (trinta) dias a contar do fornecimento das informações pela CONTRATANTE, providenciar a adequação às cores, padrões, dizeres e logotipos determinados pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA – DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Os serviços serão medidos de acordo com as unidades contidas na Planilha Proposta.

9.2. O valor das medições será obtido mediante aplicação dos preços unitários constantes da Planilha Proposta, integrante do CONTRATO, às quantidades efetivamente executadas e aprovadas pela CONTRATANTE.

9.3. As quantidades efetivamente executadas serão medidas conforme critério de medição estabelecido no presente documento, para cada um dos serviços previstos em CONTRATO.

9.4. Somente serão medidos e pagos os serviços executados de acordo com as especificações técnicas contratuais que façam parte do CONTRATO.

9.5. Todas as medições serão realizadas mensalmente, considerando-se os serviços executados no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, exceto a primeira, que será realizada a partir da assinatura da Ordem de Início e a final, que será realizada quando do encerramento do CONTRATO.

9.6. As medições deverão ser realizadas pela CONTRATADA e conferidas e aprovadas pela CONTRATANTE, até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao período de abrangência da medição considerada. Se durante o período de realização da medição forem necessárias providências complementares, por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que aquelas forem cumpridas.

9.6.1. Após o envio da medição, estabelecido no item anterior, a CONTRATANTE deverá realizar o ATESTO, no prazo máximo de 03 (três) dias.

9.7. A CONTRATADA enviará mensalmente à CONTRATANTE, requerimento em modelo apropriado, onde constem os quantitativos dos serviços efetivamente realizados e devidamente atestados pelo mesmo, para fins de pagamento.

9.8. Depois de verificada a medição e todas as providências necessárias, a CONTRATANTE providenciará o envio para o devido pagamento.

9.9. Caberá à CONTRATANTE, ao seu critério, determinar o formulário padrão das medições resultantes da execução dos serviços objeto do CONTRATO.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO VALOR E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. O valor do presente Contrato é de R\$ ----- (-----), de acordo com os valores especificados na Proposta de Preços.

10.2. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta do Programa de Trabalho 12.12.15.452.3110.2102 – MANTER OS SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.10 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado em parcelas mensais, de acordo com a medição devidamente atestada pelo gestor do contrato no prazo de até 30 dias a partir da emissão da nota fiscal, munidos das certidões abaixo:

- 1 Certidão Negativa de Débitos – CND Tributos Federais;
- 2 Certidão Negativa de Débitos – CND Tributos Estaduais;
- 3 Certidão Negativa de Débitos – CND Tributos Municipais;
- 4 Certidão Negativa de Débitos – CND Relativa ao FGTS;

5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO

12.1. Os preços propostos não serão passíveis de reajustamento pelo período de 01 (um) ano, na forma da Lei Federal nº 9.069, de 29 junho de 1995.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

13.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II da Lei Nº 8666/1993, observados os seguintes requisitos:

13.1.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

13.1.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

13.1.3. Seja comprovado a necessidade de continuidade do contrato;

13.1.4. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

13.1.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação, ressalvado o reajuste anual previsto em contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PLANEJAMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. Os serviços serão executados conforme frequência, horários e itinerários definidos no planejamento da CONTRATANTE para a operação inicial dos serviços no Município.

14.2. A CONTRATANTE, a seu critério e mediante prévia e formal comunicação a CONTRATADA, poderá exigir a ampliação, redução ou alteração dos trechos beneficiados por esses serviços nas áreas CONTRATADAS, bem como determinar quantitativos e horários previstos.

14.2.1. Qualquer fator que impeça o cumprimento dos serviços, seja horários estipulados, quantitativos operacionais, deverá ser comunicado a CONTRATANTE, para análise e adoção de eventuais providências.

14.2.2. Ficará sob a responsabilidade da CONTRATADA a execução dos roteiros de coleta dos resíduos provenientes dos serviços deste objeto, previamente definidos, observando-se os prazos máximos para o recolhimento dos resíduos.

14.3. Deverá a CONTRATADA, manter a reserva técnica de veículos, mão de obra e equipamentos suficiente para atender com qualidade os serviços do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PREVENÇÃO DE ACIDENTES DO TRABALHO:

15.1. A CONTRATADA deverá assumir integral e exclusivamente todas as responsabilidades no que se refere às obrigações fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciárias, bem como as que dizem respeito às normas de segurança do trabalho, prevista na legislação específica, bem como os demais encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto do CONTRATO, nos termos do § 1º, do Artigo 71, da Lei Federal nº 8.666/93, com alterações subsequentes.

15.2. A CONTRATADA deverá treinar seus empregados e tornar obrigatório o uso dos EPIs.

15.3. O Equipamento de Proteção Individual fornecido ao empregado deverá obrigatoriamente conter a identificação da empresa CONTRATADA.



15.4. A CONTRATADA, em qualquer hipótese, não se eximirá da total responsabilidade quanto à negligência ou descumprimento da Lei nº 6.514 de 22/12/77, Portaria nº 3.214 de 08/06/78, NRs nºs. 01 a 28 e em especial as NRs de nº 04, 05, 06, 10 e 18.

15.5. A CONTRATADA não será eximida de qualquer responsabilidade quanto à segurança individual e coletiva de seus trabalhadores.

15.6. A CONTRATADA deverá possuir profissionais qualificados e instruídos quanto às precauções relativas ao seu trabalho, e que apresentem estado de saúde compatível com as atividades desenvolvidas. Portanto, os trabalhos nunca deverão ser executados sem que sejam analisados os riscos, previstos os sistemas de proteção individual e coletiva e estado geral das ferramentas e equipamentos utilizados.

15.7. Durante a execução dos serviços contratados, a empresa CONTRATADA deverá, quando for o caso, apresentar ao Gestor do Contrato, o qual encaminhará ao Setor de Segurança do Trabalho da Prefeitura Municipal, fotocópia dos seguintes documentos:

- a) Em caso de acidente de trabalho, a empresa CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização competente, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a ocorrência, cópia da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT), providências tomadas, relatório do acidente efetuado pelo SESMET, investigação do acidente pela CIPA; e
- b) No caso de acidente grave ou fatal, a empresa CONTRATADA deverá informar imediatamente a ocorrência ao Gestor do Contrato e ao Setor de Segurança do Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, segundo a gravidade da falta cometida.

16.1. Advertência quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidade no contrato, ou ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do **Contratante**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

16.2. Multas:

a) de **0,03 % (três centésimos por cento)**, por dia de atraso sobre o valor total dos serviços prestados com atraso, quando a adjudicatária, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e **decorridos 30 (trinta) dias corridos** de atraso, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão contratual;

b) em razão da inexecução total do contrato, à Administração poderá aplicar multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, essa hipótese é caracterizada, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo de 30 (trinta) dias corridos, hipótese em que será rescindido o instrumento contratual;

16.3. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

16.4. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria entidade que aplicar a penalidade;

16.5. As sanções previstas nos subitens 16.1, 16.3 e 16.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 16.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

17.1. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à **CONTRATANTE** de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à **CONTRATADA** qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento/execução realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a ampla defesa.

PARÁGRAFO ÚNICO – Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da **CONTRATADA**;
- b) Alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA**, que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste pacto;
- c) Transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**;
- d) Cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e) No interesse da **CONTRATANTE**, mediante comunicação com antecedência de **05 (cinco) dias corridos**, com o pagamento dos objetos licitados adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;
- f) No caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.1. A fiscalização do cumprimento do CONTRATO caberá à **CONTRATANTE**, que exercerá rigoroso controle em relação à quantidade e à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

18.2. As ordens de serviços e toda a correspondência referente ao CONTRATO, exceto as de rotina, deverão ser feitas por ofício. Na hipótese de a **CONTRATADA** se negar a assinar o recebimento do ofício no competente livro de controle, o mesmo será enviado pelo correio, registrado, considerando-se feita a comunicação para todos os efeitos.

18.3. A **CONTRATADA** obriga-se a permitir ao pessoal da fiscalização livre acesso a todas as suas dependências, possibilitando o exame das instalações e também das anotações relativas às máquinas, ao pessoal e ao material, fornecendo, quando forem solicitados, todos os dados e elementos referentes aos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO GESTOR DO CONTRATO

O GESTOR do contrato será o servidor Edney Gomes Carneiro, CPF: 758.104.684-20. No entanto, em caso de força maior, o referido Gestor poderá ser substituído por outro servidor nomeado através de Portaria lavrada pelo(a) titular da pasta, cujas atribuições estão a seguir relacionadas:

- 19.1.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato quanto à quantidade de resíduos sólidos tratados, receber e avaliar os relatórios apresentados pela contratada;
- 19.2.** Solicitar à Administração a aplicação de penalidade por descumprimento de cláusula contratual;
- 19.3.** Comunicar à CONTRATADA a aplicação de penalidades por descumprimento de Cláusula contratual;
- 19.4.** Formular solicitação de pagamento, elaborar recibo, atestando-o e emitir parecer de aceitação e aprovação dos serviços efetivamente executados;
- 19.5.** Fornecer atestado de capacidade técnica, em conjunto com a Titular da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, quando solicitado pelo interessado, desde que atendidas às obrigações contratuais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 20.1.** O adjudicatário, quando da celebração de Termo de Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do respectivo Termo de Contrato, prestará garantia de R\$ ----- (), correspondente a 2% do valor do contrato, a qual será liberada conforme o disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
- 20.2.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - 20.2.1.** Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 20.2.2.** Prejuízos causados à Contratante ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 20.2.3.** As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
 - 20.2.4.** Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada;
- 20.3.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados acima.
- 20.4.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 20.5.** No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 20.6.** Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 20.7.** A Contratante não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
 - 20.7.1.** Caso fortuito ou força maior;
 - 20.7.2.** Alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;



20.7.3. Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela Contratante;

20.7.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Contratante.

20.8. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

20.9. Será considerada extinta a garantia:

20.9.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.9.2. No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. O Foro para solucionar os litígios decorrentes do presente Contrato é o do Município de Arapiraca/AL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

E, por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito.

Arapiraca – AL, ----- de ----- de -----

JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA
CONTRATANTE

SECRETARIA
INTERVENIENTE

XXXXXX
CONTRATADA

XXXXXXX
GESTOR DO CONTRATO